

Sumário

Relatório da Administração	5
Balço patrimonial.....	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado.....	17
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	25
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	37
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	38
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	38
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	39
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	40
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	41
(10) ARRENDAMENTOS	43
(11) OUTROS ATIVOS.....	44
(12) INVESTIMENTOS.....	45
(13) IMOBILIZADO.....	51
(14) INTANGÍVEL.....	53
(15) FORNECEDORES.....	57
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57
(17) DEBÊNTURES	61
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	63
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	69
(20) PROVISÕES.....	70
(21) ADIANTAMENTOS	73
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR	73
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	74
(24) LUCRO POR AÇÃO	75
(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	76
(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	77
(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	78
(28) RESULTADO FINANCEIRO.....	80
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	80
(30) SEGUROS	85
(31) GESTÃO DE RISCOS.....	85
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	87
(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	93
(34) COMPROMISSOS.....	93

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Renováveis é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, pequena central hidrelétrica (PCH)/central geradora hidrelétrica (CGH) e solar. Além disso, possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando uma capacidade instalada de 3.064 MW.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Sua ampla disseminação, concomitante à elevação da vacinação, levou à forte redução das restrições de circulação, mundo afora. Assim, a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelas discontinuidades nas cadeias de insumos e pela guerra. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano.

Nessas circunstâncias, os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias - que, a julgar pelas sinalizações apresentadas nos mais recentes comunicados das autoridades, tenderá a se estender para os primeiros meses de 2023.

No último trimestre do ano, a atividade econômica começou a mostrar os primeiros sinais de desaceleração, bem como a inflação. Esta última tem sido beneficiada, além da desaceleração da atividade, pela progressiva normalização das cadeias produtivas e de arranjos alternativos que minimizaram os impactos do conflito russo-ucraniano sobre a oferta de commodities.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: as exportações cresceram 19,3% em relação a 2021, o que nos levou a um novo recorde de balança comercial (superávit de US\$ 62,3 bilhões), mesmo com expressiva expansão das importações (24,3%). O bom desempenho da balança comercial colaborou para manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo.

O segundo benefício trazido pelos preços mais altos de commodities foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor extrativo mineral. Impulsionadas pela forte alta das cotações internacionais do minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), essas receitas atingiram 1,8% do PIB em 2021 e deverão chegar a 2,6% em 2022 - cifras bastante superiores à média de 0,9% do PIB observada no decênio 2011-2020. De fato, a elevação dessas receitas foi decisiva para fazer com que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Nesse contexto, é importante notar que as incertezas envolvendo a sustentabilidade fiscal brasileira já vêm em alta desde o final de 2021, quando a principal regra fiscal em vigor - o teto de gastos federal - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Além da aprovação da PEC dos Precatórios ainda em 2021 (que alterou a forma de correção do teto de gastos e postergou, para 2027, o pagamento de um volume de precatórios estimado em R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões), tivemos a aprovação da PEC "Kamikaze" em 2022 (que permitiu, dentre outras coisas, o aumento do valor do benefício pago pelo programa Auxílio-Brasil entre agosto e dezembro de 2022).

Do lado receitas, tivemos as diversas desonerações de tributos determinadas pelo governo federal ao longo de 2022, tais como a redução do IPI sobre vários produtos (que diminuiu as receitas primárias em cerca de 0,3% do PIB, em termos anualizados), do PIS/Cofins sobre combustíveis (que gera perda de receita da ordem de 0,5% do PIB ao ano) e do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações e transporte público urbano (que reduz a arrecadação em 0,8% do PIB ao ano).

Esta combinação gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Vale ressaltar que essa deterioração também foi claramente notada nos juros cobrados sobre títulos públicos brasileiros de médio e longo prazo em moeda local: até o final de 2020, os juros reais pagos por tais papéis oscilavam entre 4% e 4,5% a.a., tendo saltado para o intervalo de 5,5% a 6% a.a. já no final de 2021 e superado os 6% a.a. ao final de 2022.

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022 -notando que a taxa chegou a recuar a R\$ 4,76/US\$ em abril, antes da PEC "Kamikaze" e desonerações. Em julho, o câmbio chegou a R\$ 5,37/US\$, voltando a oscilar em torno de R\$ 5,25/US\$ nos meses seguintes. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas (forças que colaborariam para apreciação da moeda).

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração (2 a 2,5 p.p. abaixo).

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir e que devem ter levado o PIB a registrar um leve

reco na margem, no quarto trimestre. Assim, o Brasil deve ter assinalado um crescimento de 2,9% do PIB em 2022, superando os patamares pré-pandemia.

A desaceleração da inflação e da atividade econômica, no quarto trimestre, permitiu que o Banco Central encerrasse o ciclo de altas da Selic em setembro, em 13,75% aa, mantendo as sinalizações de que poderia voltar a elevar os juros em caso de recrudescimento das pressões inflacionárias.

3. Desempenho operacional

O ano de 2022 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2021. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado no ano, de 96,0%, e contribuiu para o resultado do ano, mas apesar disso a geração eólica caiu 14,0%, dado o maior volume de chuvas no Nordeste. Os reajustes contratuais, boa parte deles em IGP-M, favoreceram o bom resultado desse período.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 3.064 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção: PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.853 milhões em 2022, representando um aumento de 5,0% (R\$ 183 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 258 milhões em 2022, alta de 5,8% (R\$ 14 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.595 milhões em 2022, um aumento de 4,9% (R\$ 168 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 2.654 milhões em 2022, representando um aumento de 9,1% (R\$ 222 milhões), devido ao (i) aumento de 4,9% (R\$ 168 milhões) na receita líquida, (ii) redução de 9,6% (R\$ 46 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; e (iii) de 3,6% (R\$ 19 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo:

- ✓ Aumento de 20,7% (R\$ 25 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 5,4% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 5,8% (R\$ 12 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 32,6% (R\$ 54 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Este resultado foi parcialmente compensado pela variação negativa de R\$ 11 milhões na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2022	2021
Lucro Líquido	1.316.306	1.485.418
Depreciação e Amortização	692.149	671.023
Amortização Mais Valia de Ativos	64	64
Resultado Financeiro	453.967	242.047
Contribuição Social	56.868	14.599
Imposto de Renda	135.158	18.883
EBITDA	2.654.513	2.432.033

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.316 milhões em 2022, representando uma redução de 11,4% (R\$ 169 milhões), refletindo os aumentos de 87,6% (R\$ 212 milhões) nas despesas financeiras líquidas, de 473,5% (R\$ 159 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social e de 3,1% (R\$ 21 milhões) na depreciação e amortização. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 9,1% (R\$ 222 milhões) no EBITDA.

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.655 milhões, uma redução de 13,6%.

5. Investimentos

Em 2022, foram investidos R\$ 253 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Relacionamento com a Comunidade: destacam-se ações com comunidades do entorno da PCH Lucia Cherobim, localizada nos municípios de Porto Amazonas e Lapa, no Estado do Paraná. As ações são realizadas por meio do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer sua relação.

Gestão de Recursos Humanos: em 2022, treinamos 930 colaboradores da base ativa, 100% já passou por algum treinamento. Foram 17.851 horas totais de treinamento.

7. Auditores independentes

A PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	105.317	35.099	505.371	89.588
Títulos e valores mobiliários	6	1.121	18.610	208.886	474.169
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	231.966	198.541	484.764	429.455
Dividendo	12	24.945	79.898	1.515	2.474
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	6.985	19.952	17.424	26.930
Outros tributos a compensar	8	27.941	38.928	67.200	66.534
Outros ativos	11	80.591	60.609	147.537	118.148
Total do circulante		478.867	451.638	1.432.696	1.207.299
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	6.694	9.503	11.456	20.041
Coligadas, controladas e controladora	28	53.587	91.858	-	-
Depósitos judiciais	19	2.833	2.765	17.908	17.928
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	44.614	39.758	100.631	109.466
Outros tributos a compensar	8	26	26	7.547	12.217
Derivativos	31	15.908	32.724	15.908	32.724
Créditos fiscais diferidos	9	195.878	131.207	197.115	132.444
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	61.250	37.142	-	-
Arrendamentos	10	1.167	-	53.533	-
Outros ativos	11	35.812	36.328	83.392	97.218
Investimentos	12	6.501.522	6.876.212	128.126	156.602
Imobilizado	13	1.569.016	1.617.972	7.431.469	7.732.738
Intangível	14	729.830	803.352	2.168.941	2.354.634
Total do não circulante		9.218.137	9.678.845	10.216.025	10.666.012
Total do ativo		9.697.005	10.130.484	11.648.721	11.873.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS 5.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	15	65.099	131.301	152.535	177.688
Empréstimos e financiamentos	16	107.431	59.622	179.717	122.422
Debentures	17	164.555	810.993	164.555	810.993
Entidade de prel.idencia privada	18	9.191	7.786	9.191	7.786
Impasto de renda e contribuicao social a recolher	19	122.675	94.911	150.475	122.153
Outros impostos, taxas e contribuicoes a recolher	19	27.990	29.165	39.891	39.277
Mutuos com coligadas, controladas e controladora	29	55.132		24.283	93.962
Contas a pagar de aquisicoes		12.282	11.598	12.282	11.598
Dil.idendo e juros sobre capital prprio	29			314	654
Prol.isoos	20			5.687	2.046
Obrigacoes estimadas com pessoal		13.577	11.593	13.577	11.593
Adiantamentos	21	141.408	30.530	631.627	410.038
Arrendamentos	10	608		3.453	
Outras contas a pagar	22	52.162	45.252	61.560	58.590
Total do circulante		772.110	1.232.752	1.449.147	1.868.800
Niio circulante					
Fornecedores	15	7.007		37.924	29.461
Empréstimos e financiamentos	16	665.569	424.796	936.948	763.205
Debentures	17		357.514		357.514
Mutuos com coligadas, controladas e controladora	29	2.396.485	2.286.517	2.355.825	2.116.305
Entidade de prel.idencia privada	18	24.707	39.896	24.707	39.896
Impasto de renda e contribuicao social a recolher	19	5.322	5.139	5.332	5.305
Outros impostos, taxas e contribuicoes a recolher	19			911	874
Debitos fiscais diferidos	9			482.750	525.234
Derivativos	32	9.955		9.955	
Prol.isoos	20	54.107	53.538	291.425	283.205
Adiantamentos	21	453	634	116.507	42.870
Arrendamentos	10	839		67.085	
Outras contas a pagar	22	2.534	1.019	4.191	2.675
Total do niio circulante		3.166.978	3.169.052	4.333.559	4.166.542
Patrim6nio liquido	23				
Capital social		4.032.292	4.032.292	4.032.292	4.032.292
Reserva de capital		588.778	588.009	588.778	588.009
Reservas de lucros		902.574	853.597	902.574	853.597
Resultado abrangente acumulado		234.274	254.783	234.274	254.783
		5.757.918	5.728.681	5.757.918	5.728.680
Patrimonio liquido atribuido aos acionistas nao controladores				108.099	109.288
Total do patrim6nio liquido		5.757.918	5.728.681	5.866.016	5.837.969
Total do passivo e do patrim6nio liquido		9.697.005	10.130.484	11.648.721	11.873.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	25	1.680.037	1.549.971	3.594.703	3.426.242
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(231.999)	(267.294)	(433.683)	(479.939)
Custo com operações		(200.240)	(188.428)	(809.508)	(759.554)
Depreciar, amortizar e		(131.789)	(132.675)	(511.857)	(493.531)
Outras custos com operações	27	(68.451)	(55.753)	(297.651)	(266.023)
Lucro operacional bruto		1.247.798	1.094.249	2.351.512	2.186.749
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	27	(558)	(2)	(15.043)	(353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(558)	(2)	(15.043)	(353)
Despesas gerais e administrativas	26	(40.431)	(54.467)	(186.500)	(225.178)
Depreciar, amortizar e		(11.364)	(8.015)	(12.746)	(9.370)
Outras despesas gerais e administrativas		(29.067)	(46.452)	(173.754)	(215.808)
Outras despesas operacionais	26	(69.265)	(69.025)	(186.226)	(209.928)
Amortizar de intangível da concessão		(64.431)	(64.431)	(167.547)	(168.122)
Outras despesas operacionais		(4.834)	(4.594)	(18.679)	(41.806)
Resultado do serviço		1.137.545	970.756	1.963.743	1.751.289
Resultado de participações societárias	11	743.776	702.915	(1.444)	9.657
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		42.652	26.044	136.001	77.018
Despesas financeiras		(504.505)	(258.917)	(589.968)	(319.064)
		(461.853)	(232.873)	(453.967)	(242.047)
Lucro antes dos tributos		1.419.467	1.440.798	1.508.332	1.518.900
Contribuição social	9	(33.866)	5.867	(56.868)	(14.599)
Imposto de renda	9	(93.337)	16.532	(135.158)	(18.883)
		(127.203)	22.398	(192.027)	(33.482)
Lucro líquido do exercício		1.292.264	1.463.196	1.316.306	1.485.418
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.292.264	1.463.196
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				24.042	22.222
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				2,18	2,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIA\$ RENOVAVEIS S.A.
Demonstracoes dos resultados abrangentes para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro liquido do exercicio	1.292.264	1.463.196	1.316.306	1.485.418
Outros resultados abrangentes				
Itens que nao serao reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, liquidos dos efeitos tributarios	6.465	3.187	6.465	3.187
Itens que serao reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de credito na marcai;ao a mercado de passi1, QS financeiros		(294)		(294)
Resultado abrangente do exercicio	1.298.729	1.466.089	1.322.771	1.488.311
Resultado abrangente atribuido aos acionistas controladores			1.298.729	1.466.089
Resultado abrangente atribuido aos acionistas nao controladores			24.042	22.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVAVBS S.A.
Demonstrat,ões das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado				Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Risco de crédito na carteira de passivos financeiros			Perdas atuariais	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.032.292	590.379	50.869	47.486	116.120	748.303	335.947	294	(57.287)	5.864.403	105.653	5.970.055
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício								(294)	3.187	1.463.196	22.224	1.488.313
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais									3.187	1.463.196	22.224	1.485.420
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na carteira de passivos financeiros								(294)		3.187		3.187
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado			73.160	(47.486)		47.486	(27.064)			(46.096)		
Constituição de reserva legal			73.160				(27.064)			27.064		
Relaxação do reforço de capital de giro para destinação de dividendos adicionais propostos				(47.804)		47.804				(73.160)		
Relaxação de dividendos adicionais propostos não aprovados de exercício anterior para reforço de capital de giro				318		(318)						(294)
Transações de capital com os acionistas												
Ganho (perda) em participações sem alteração no controle		(2.370)				(182.341)				(1.417.100)	(18.589)	(1.620.400)
Dividendos mínimos obrigatórios		(2.370)								(2.370)	2.370	
Pagamento de dividendos do exercício anterior						(747.985)				(354.275)	(653)	(354.928)
Dividendos adicionais propostos						565.644				(747.985)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.032.292	588.009	124.029	613.446	116.120	613.446	308.883	(54.100)	6.465	5.728.680	109.288	5.837.969
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício									6.465	1.292.264	24.041	1.322.770
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais									6.465	1.292.264	24.041	1.316.305
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado			64.613			(26.974)				(37.639)		
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído						(40.870)				40.870		
Constituição de reserva legal			64.613			13.896				(13.896)		
Transações de capital com os acionistas												
Pagamento de dividendos do exercício anterior		769				(15.636)				(1.254.626)	(25.231)	(1.294.723)
Aumento de capital sem alteração no controle						(613.446)				(613.446)	59	(613.446)
Dividendos adicionais propostos		769				597.812				769	59	828
Dividendos intercalares propostos										(597.812)	(2.217)	(2.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.032.292	588.778	188.642	597.812	116.120	597.812	281.909	(47.635)	6.465	5.757.918	108.099	5.866.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstracoes dos fluxos de caixa para os exercfcios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Controlada		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos	1.419.467	1.440.798	1.508.332	1.518.900
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciagao e amortizagao	207.584	205.121	692.150	671.023
Pro si5es para riscos fiscais, cil.eis e trabalhistas	248	2.575	5.779	84.703
Pro sao para creditos de liquidagao du dosa	558	2	15.043	353
Encargos de df das e atualizagi5es monetarias e cambiais	448.522	244.675	540.667	283.669
Despesa com entidade de pre dencia pri10da	3.704	4.031	4.008	4.031
Resultado de participagi5es societarias	(743.776)	(702.915)	1.444	(9.657)
Perda na baixa de atil.o nao circulante	4.696	13.676	17.902	12.212
Repactuagao do risco hidrol6gico				(122.773)
Quiros				29.036
	1.341.003	1.207.963	2.785.325	2.471.497
Reducao (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionarias e permissionarias	(31.173)	62.040	(45.172)	121.652
Di dendo e juros sobre o capital pr6prio recebidos	981.633	636.940	28.007	21.712
Tributos a compensar	(31.710)	(149.157)	(30.669)	(150.072)
Dep6sitos judiciais	178	(417)	(527)	(521)
Adiantamentos de fomecedores	(1.187)	(190)	3.726	79.361
Quiros ati1.0s operacionais	(17.239)	36.305	(81.865)	36.553
Aumento (reducao) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(66.203)	(10.950)	(24.239)	(118.025)
Quiros tributos e contribuigi5es sociais	(18.444)	86.214	(28.748)	75.487
Qutras obrigagi5es com entidade de pre dencia pri10da	(8.866)	(5.609)	(8.866)	(5.609)
Processos fiscais, cil.eis e trabalhistas pagos	(170)	(512)	(3.833)	(4797)
Adiantamentos de clientes	110.697	(67.693)	295.225	(16.358)
Quiros passi\Os operacionais	6.235	(3.494)	76.088	(14.306)
Caixa liquido gerado pelas operacoes	2.264.754	1.791.440	2.964.452	2.496.574
Encargos de df das e debentures pagos	(135.136)	(77.268)	(172.515)	(99.395)
Imposto de renda e contribuigao social pagos	(146.993)	(109.221)	(234.847)	(197.419)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	1.982.625	1.604.951	2.557.090	2.199.760
Atividades de investimentos				
Redugao de capital em subsidiarias	247.360	212.867		
Aquisigi5es de imobilizado	(94.510)	(92.792)	(243.075)	(447.044)
Titulos e 10lores mobiliarios, caugi5es e dep6sitos nculados (aplicagi5es)	(1.121)	(19.248)	(112.561)	(247.370)
Titulos e 10lores mobiliarios, caugi5es e dep6sitos nculados (resgates)	18.610	7.006	377.845	77.986
Adigi5es de Intangii.el	(9.450)	(12.244)	(9.508)	(13.932)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(62.600)	(37.893)		
Mutuos concedidos a controladas e coligadas	(10.483)			
Recebimento de mutuos com controladas e coligadas	55.622	152.998		
Quiros		2.319		2.319
Caixa liquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	143.428	213.013	12.701	(628.041)
Atividades de financiamentos				
Captagao de emprestimos e debentures	354.000		354.000	178.500
Amortizagao de principal de emprestimos e debentures	(1.066.453)	(237.836)	(1.115.753)	(280.968)
Liquidagao de operagi5es com deri10ti1.0s	(24.805)	70.026	(24.805)	70.026
Di dendo e juros sobre o capital pr6prio pagos	(1.268.096)	(1.787.658)	(1.292.972)	(1.808.453)
Captagi5es de mutuos com controladas e coligadas				59.550
Amortizagi5es de mutuos com controladas e coligadas	(50.481)	(6.261)	(74.479)	(27.776)
Caixa liquido consumido pelas atividades de financiamento	(2.055.835)	(1,961.729)	(2.154.009)	(1,809.121)
Aumento (reducao) liquido de caixa e equivalentes de caixa	70.217	(143.765)	415.782	(237.402)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.099	178.865	89.588	326.991
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	105.317	35.099	505.371	89.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
1 - Receita	<u>1.958.170</u>	<u>1.811.017</u>	<u>4.334.859</u>	<u>4.113.853</u>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.852.815	1.710.176	3.852.605	3.670.010
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	105.913	100.843	497.297	444.196
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(558)	(2)	(15.043)	(353)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(414.741)</u>	<u>(450.030)</u>	<u>(1.258.125)</u>	<u>(1.309.137)</u>
2.1 Custo com energia elétrica	(255.646)	(294.539)	(456.039)	(507.606)
2.2 Material	(62.471)	(67.554)	(271.827)	(333.567)
2.3 Serviços de terceiros	(79.116)	(75.139)	(457.715)	(332.515)
2.4 Outros	(17.507)	(12.798)	(72.543)	(135.449)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	<u>1.543.429</u>	<u>1.360.987</u>	<u>3.076.735</u>	<u>2.804.716</u>
4 - Retenções	<u>(207.584)</u>	<u>(205.121)</u>	<u>(692.150)</u>	<u>(671.023)</u>
4.1 Depreciação e amortização	(143.153)	(140.690)	(524.603)	(502.901)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(167.547)	(168.122)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	<u>1.335.845</u>	<u>1.155.866</u>	<u>2.384.585</u>	<u>2.133.693</u>
6 - Valor adicionado recebido em transferência	<u>788.510</u>	<u>730.265</u>	<u>137.064</u>	<u>88.102</u>
6.1 Receitas financeiras	44.734	27.350	138.508	78.443
6.2 Equivalência patrimonial	743.776	702.915	(1.444)	9.659
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	<u>2.124.355</u>	<u>1.886.131</u>	<u>2.521.649</u>	<u>2.221.795</u>
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	<u>44.934</u>	<u>45.050</u>	<u>125.822</u>	<u>104.614</u>
8.1.1 Remuneração direta	29.861	30.679	98.995	81.424
8.1.2 Benefícios	7.417	8.058	19.170	16.875
8.1.3 F.G.T.S	7.656	6.315	7.656	6.315
8.2 Impostos, taxas e contribuições	<u>280.787</u>	<u>114.359</u>	<u>460.709</u>	<u>273.970</u>
8.2.1 Federais	280.787	114.359	458.967	272.507
8.2.2 Estaduais	-	-	1.570	1.463
8.2.3 Municipais	-	-	172	-
8.3 Remuneração de capital de terceiros	<u>506.370</u>	<u>263.523</u>	<u>618.813</u>	<u>357.790</u>
8.3.1 Juros	504.013	258.362	583.531	321.968
8.3.2 Aluguéis	2.357	5.161	35.282	35.822
8.4 Remuneração de capital próprio	<u>1.292.264</u>	<u>1.463.197</u>	<u>1.316.306</u>	<u>1.485.421</u>
8.4.1 Lucro do exercício	37.638	46.097	36.391	47.362
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.254.626	1.417.100	1.279.915	1.438.059
	<u>2.124.355</u>	<u>1.886.131</u>	<u>2.521.649</u>	<u>2.221.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
- d) A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

Empreendimentos da Companhia	Capacidade de energia instalada (MW)	Data início operação	Prazo Concessão
Praia Formosa	105,0	jun-02	30 anos
Icaraizinho	54,6	ago-02	30 anos
Enacel	31,5	nov-02	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	dez-02	30 anos
Taiba Albatroz	16,5	dez-02	30 anos
Bons Ventos	50,0	mar-03	30 anos
Total	314,6		

Além dos empreendimentos acima, a Companhia detém:

- concessão que se encerrará em 2042, prazo final da outorga da usina hidrelétrica ("UHE") Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogada;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") com 3,8 MW, sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de registro iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de registro iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data início operação	Prazo Concessão
Minas Gerais					
SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	dez-99	30 anos
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2")	Sociedade limitada	Direta 100%	29,9	nov-15	35 anos
SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	dez-99	30 anos
SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,0	jan-00	30 anos
Mata Velha Energética Ltda. ("Mata Velha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	24,0	mai-02	30 anos
SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	dez-99	30 anos
SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol")	Sociedade limitada	Indireta 100%	20,0	ago-02	30 anos
SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	11,0	jan-00	30 anos
SPE Varginha Energia Ltda. ("Varginha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	9,0	dez-99	30 anos
SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre")	Sociedade limitada	Indireta 100%	7,5	dez-99	30 anos
Mato Grosso e Rio Grande do Sul					
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(*)	(*)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	mai-04	30 anos
Paraná					
Energética Novo Horizonte Ltda. ("Novo Horizonte")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	nov-02	30 anos
Santa Catarina					
SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	out-02	30 anos
SPE Arvoredo Energia Ltda. ("Arvoredo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	13,0	nov-02	30 anos
Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	dez-02	30 anos
SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	nov-02	30 anos
SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes")	Sociedade limitada	Direta 100%	20,0	ago-10	30 anos
Santa Luzia Energética Ltda. ("Santa Luzia")	Sociedade limitada	Direta 100%	28,5	dez-07	35 anos
São Paulo					
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	38,1		
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2		
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5		
Total			453,1		

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujos registros tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

(**) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

Adicionalmente a Companhia possui os seguintes empreendimentos em fase de desenvolvimento e construção:

i) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

ii) SPE Santa Luzia Alto está em fase de desenvolvimento, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW.

1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação com capacidade instalada total de 1.075,6 MW:

<u>Localidade</u> <u>Empreendimento</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação</u> <u>societária</u>	<u>Capacidade</u> <u>de energia</u> <u>instalada (MW)</u>	<u>Data inicio</u> <u>operação</u>	<u>Prazo</u> <u>Concessão</u>
<u>Palmares do Sul (RS)</u>					
Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	fev-11	35 anos
Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
<u>Aracati (CE)</u>					
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Rosa dos Ventos") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	13,7	jun-02	30 anos
<u>Itarema (CE)</u>					
Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	ago-14	35 anos
Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade limitada	Direta 100%	23,1	jul-14	35 anos
<u>Outras localidades (CE)</u>					
Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("SIIF Cinco")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	jun-02	30 anos
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Paracuru")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	ago-02	30 anos
<u>Touros (RN)</u>					
SPE Costa das Dunas Energia S.A ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	28,4	jan-19	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	abr-14	30 anos
Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Úrsula")	Sociedade limitada	Indireta 100%	27,3	mar-14	30 anos
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,7	mar-14	30 anos

São Miguel do Gostoso (RN)

Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	mar-14	30 anos
São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	mar-14	30 anos
São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-15	30 anos

Parazinho (RN)

Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	8,0	ago-10	35 anos
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	ago-10	35 anos
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	out-10	35 anos
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos IX Ltda. ("Morro dos Ventos IX")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	jul-10	35 anos

João Câmara (RN)

DESA Eurus I Ltda. ("Eurus I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	abr-11	35 anos
DESA Eurus III Ltda. ("Eurus III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	abr-11	35 anos
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	abr-11	35 anos
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	16,1	set-11	35 anos
SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	set-11	35 anos
SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	out-11	35 anos
SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,7	out-11	35 anos
DESA Morro dos Ventos I Ltda. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	jul-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos II Ltda. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,2	jun-12	35 anos
DESA Morro dos Ventos III Ltda. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	ago-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos IV Ltda. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	ago-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos VI Ltda. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	jul-10	35 anos

Total**1.022,4**

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data início operação	Prazo Concessão
SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada")	Sociedade limitada	Direta 100%	Minas Gerais	50,0	out-12	30 anos
SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana")	Sociedade limitada	Direta 100%	Paraná	50,0	fev-12	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Direta 100%	Rio Grande do Norte	40,0	mai-02	30 anos
CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	45,0	set-09	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	40,0	mai-99	30 anos
CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	74,3	dez-10	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	25,0	mai-10	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	70,0	fev-11	35 anos
Total				394,3		

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui participação direta (100%) em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Atividade preponderante	Investidas
Sociedades de participação				
PCH Holding Ltda. ("PCH Holding")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Avoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
SPE Turbina 16 Energias Ltda. ("Turbina 16")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia Ltda. ("DESA Dobrevê")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	DESA Eólicas (*), Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesa, Mata Velha, WF1 Holding (*), Desa PCH II Energia S.A., Cherobim Energética S.A., Varginha Energética S.A., Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI.
Outros empreendimentos operacionais				
SPE Turbina 17 Energia Ltda. ("Turbina 17")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	(**)
Outros empreendimentos sem atividade produtiva				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(***)
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
Varginha Energética S.A. ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	(**)

(*) As empresas DESA Eólicas S.A. ("DESA Eólicas") e WF 1 Holding S.A. ("WF 1 Holding") foram incorporadas na empresa Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê").

(**) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(***) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

1.6 BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A

concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

1.7 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ Parques eólicos: A menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;
- ❖ Usinas de Biomassa: A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

1.8 Mudanças Climáticas CPFL

A Companhia se comprometeu com os objetivos do Acordo de Paris e a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE".

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais alinhados à descarbonização das operações, entre eles: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser "carbono neutro" a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Preocupada com os impactos que os gases de efeito estufa causam no meio ambiente, a Companhia tem se esforçado para diminuir suas emissões de gases poluentes. Uma de suas iniciativas foi a de ingressar no mercado de créditos de carbono, através da emissão de certificados verdes do Tipo 1 e Tipo 2.

A CPFL divulga anualmente o relatório "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" onde apresenta as estratégias relacionadas as mudanças climáticas, as emissões anuais e os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures- TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia.

1.9 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2022, a Controladora apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 293.242 e R\$ 16.450. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender das necessidades de caixa das empresas, e que serão executados até 31 de dezembro de 2023, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board–IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“CPFL Renováveis”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adota das no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 11 – Outros ativos;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros – derivativos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e PCH). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a depreciação de tais ativos foi calculada com base na vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classe de ativo Imobilizado	Taxa média anual	
	2022	2021
Terrenos	1,77%	1,92%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,25%	2,38%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,43%	3,75%
Máquinas e equipamentos	4,90%	4,73%
Veículos	13,45%	13,92%
Móveis e utensílios	6,30%	6,74%

Os valores residuais e a vida útil do ativo são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 29.

3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 10,07% (8,43% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (8,55% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

i) Ágio

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, no caso da Companhia, possui duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (a) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.

- (b) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro 2022 e 2021, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual	
	2022	2021
Direito de concessão	4,15%	4,19%
Uso do bem público	6,9%	6,9%
Outros ativos intangíveis	10,09%	8,37%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.9 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda

("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de pensão e benefícios pós-emprego, sendo considerada como patrocinadora destes planos, onde apesar de possuírem particularidades, os planos apresentam as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do

método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social–PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso

3.17 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.18 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.19 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27/IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32/IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26/IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	389	2.374	8.370	14.321
Aplicações financeiras	104.928	32.725	497.001	75.267
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	878	-
Títulos de crédito privado (b)	104.386	31.014	395.227	31.671
Fundos de investimento (c)	542	1.711	100.896	43.596
Total	105.317	35.099	505.371	89.588

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,46% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 84,89% para Operações Compromissadas (102,29% do CDI para CDB e 81,74% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2021).
- c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	1.121	18.610	208.886	474.169
Total	1.121	18.610	208.886	474.169

Em 31 de dezembro de 2022 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2022 é de 101,09% do CDI (101,40% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante										
Operações realizadas na CCEE	1.844	-	1	1.845	10.761	53.731	20.991	-	74.721	82.383
Concessionárias e permissionárias	113.372	115.618	1.714	230.704	187.807	187.645	226.744	5.487	419.876	347.413
Outros										37
	115.216	115.618	1.715	232.549	198.568	241.376	247.735	5.487	494.597	429.833
Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa				(583)	(27)				(658)	(378)
Total				231.966	198.541				493.939	429.455
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	6.694	-	-	6.694	9.503	11.456	-	-	11.456	20.041
Total	6.694	-	-	6.694	9.503	11.456	-	-	11.456	20.041

(a) Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

7.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2020	(51)	(352)	(403)
Provisão constituída	(327)	(27)	(354)
Saldo em 31/12/2021	(378)	(379)	(757)
Provisão constituída	(280)	-	(280)
Saldo em 31/12/2022	(658)	(379)	(1.037)
Circulante	(658)	(379)	(1.037)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	8	589
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	6.330	-	7.955
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.985	13.622	17.416	18.385
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	6.985	19.952	17.424	26.930
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	8.779	13.632	22.022	17.471
ICMS a compensar				
Programa de integração social - PIS	748	135	7.603	5.191
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	3.267	4.445	6.374	7.752
Instituto nacional de seguridade social - INSS	15.033	20.601	30.659	35.528
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	16	16
Outros	113	113	526	578
Outros tributos a compensar	27.941	38.927	67.200	66.534
Total circulante	34.926	58.880	84.624	93.464
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	2.764	3.370	5.300	6.568
Imposto de renda a compensar - IRPJ	41.851	36.388	95.331	102.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	44.615	39.758	100.631	109.466
ICMS a compensar	26	26	3.622	3.535
Programa de integração social - PIS	-	-	1.202	1.551
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	-	-	2.642	3.601
Outros	-	-	81	3.530
Outros tributos a compensar	26	26	7.547	12.217
Total não circulante	44.640	39.784	108.178	121.683

- (a) Imposto de renda e contribuição social a compensar—refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.
- (b) Imposto de renda retido na fonte—IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.
- (c) Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS— refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	149.683	143.127	149.683	143.127
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(99.783)	(110.597)	(227.329)	(249.389)
Subtotal	49.900	32.529	(77.646)	(106.262)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	416.260	397.707	416.260	397.707
Benefício fiscal do intangível incorporado	6.892	8.184	6.892	8.184
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(277.174)	(307.214)	(631.141)	(692.419)
Subtotal	145.978	98.677	(207.989)	(286.528)
Total	195.878	131.207	(285.635)	(392.790)
Total crédito fiscal	195.878	131.207	197.115	132.444
Total débito fiscal	-	-	(482.750)	(525.234)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis								
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	149	415	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(1.588)	(4.410)	(2.184)	(6.066)	(1.588)	(4.410)	(2.184)	(6.066)
Marcação a mercado - Derivativo	1.213	3.369	122	340	1.213	3.369	122	340
Marcação a mercado - Dívidas	(1.180)	(3.278)	(203)	(564)	(1.180)	(3.278)	(203)	(564)
Depreciação acelerada incentivada	(16.688)	(46.355)	(19.884)	(55.232)	(16.688)	(46.355)	(19.884)	(55.232)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado								
Perdas atuariais	158	439	162	450	158	439	162	450
Marcação a mercado - Dívidas	(878)	(2.438)	-	-	(878)	(2.438)	-	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(35.978)	(99.940)	(39.157)	(108.769)	(35.978)	(99.940)	(39.157)	(108.769)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:								
Impostos diferidos - ativo:								
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	11.210	31.139	12.397	34.435	14.592	40.533	15.779	43.829
Impostos diferidos - passivo:								
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)	(16.056)	(44.602)	(16.375)	(45.487)
Intangível - direito de exploração/autorização	(45.930)	(127.583)	(51.729)	(143.691)	(172.542)	(478.958)	(189.269)	(525.418)
Total	(99.783)	(277.174)	(110.597)	(307.214)	(227.329)	(631.141)	(249.389)	(692.419)

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	<u>Consolidado</u>
2023	96.911
2024	105.766
2025	117.677
2026	120.055
2027	120.481
2028 a 2030	14.925
2031 a 2033	725
Total	<u>576.539</u>

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	Controladora			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.419.467	1.419.467	1.440.798	1.440.798
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(743.776)	(743.776)	(702.915)	(702.915)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	57.104	57.229	55.531	54.959
Base de cálculo	732.795	732.920	793.414	792.842
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(65.952)	(183.230)	(71.407)	(198.211)
Ajuste de créditos fiscais	32.085	89.893	77.274	214.742
Total	<u>(33.866)</u>	<u>(93.337)</u>	<u>5.867</u>	<u>16.532</u>
Corrente	(52.118)	(143.087)	(57.382)	(157.814)
Diferido	18.252	49.750	63.249	174.346

	Consolidado			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.508.332	1.508.332	1.518.900	1.518.900
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	1.444	1.444	(9.657)	(9.657)
Efeito regime lucro presumido	(595.727)	(683.675)	(597.364)	(682.673)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	83.373	83.439	69.785	71.351
Base de cálculo	997.422	909.540	981.664	897.921
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(89.768)	(227.385)	(88.350)	(224.480)
Ajuste de créditos fiscais	32.900	92.227	73.751	205.597
Total	<u>(56.868)</u>	<u>(135.158)</u>	<u>(14.599)</u>	<u>(18.883)</u>
Corrente	(84.632)	(211.303)	(87.321)	(219.544)
Diferido	27.764	76.145	72.722	200.661

(a) Ajustes de créditos fiscais—refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 103.194 (R\$ 273.383 em 2021), refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 108.166 (R\$ 185.409 em 2021); e (ii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 4.972 (R\$ 88.384 em 2021).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	(6.465)	(6.465)	(3.187)	(3.187)
Base de cálculo	(6.465)	(6.465)	(3.187)	(3.187)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	-	-	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	445	445
Custo atribuído de ativo imobilizado	40.870	40.870	27.064	27.064
Subtotal	40.870	40.870	27.510	27.510
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.678)	(10.218)	(2.476)	(6.877)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(3.678)	(10.218)	(2.476)	(6.877)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 114.769 (R\$ 222.935 em 31 de dezembro de 2021), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2022, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 69.609 (R\$ 69.082 em 31 de dezembro de 2021). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(10) ARRENDAMENTOS

(a) Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo líquido do Direito de uso registrado na Controladora é de R\$ 1.167 (R\$ 53.533 no Consolidado), composto pelas classes de "Terras" e "Imóveis" com taxa de amortização média anual de 3,3% (3,1% no Consolidado) e 20,0% (20% no Consolidado), respectivamente.

(b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo passivo de arrendamento na Controladora é R\$ 1.447 (R\$ 70.907 no Consolidado), sendo R\$ 608 e R\$ 839 (R\$ 3.453 e R\$ 67.454 no Consolidado) no Curto e Longo prazo, respectivamente. A taxa anual média ponderada de empréstimos aplicada em 2022 na Controladora e no Consolidado foi de 14,6%, com vencimento médio ponderado de 66 meses (90 meses no Consolidado).

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber	1.729	1.003	20.743	21.640	4.135	4.149	57.033	33.850
Créditos a receber - rateios	40.060	33.829	-	-	740	554	-	-
Adiantamentos - plano de pensão	266	547	-	134	266	547	-	134
Adiantamentos - fornecedores	1.577	390	-	-	7.079	10.805	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	11.064	10.018	-	-	19.299	17.425
Estoque	25.026	17.477	-	-	72.311	61.615	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	15.385	14.549	269	3.015
Despesas antecipadas	7.173	4.391	4.005	4.536	22.944	16.822	4.148	4.810
Adiantamentos a funcionários	1.450	1.575	-	-	1.450	1.575	-	-
Outros	3.664	1.750	-	-	23.606	7.911	2.644	37.984
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(352)	(352)	-	-	(379)	(379)	-	-
Total	80.591	60.609	35.812	36.328	147.537	118.148	83.392	97.218

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no Consolidado representa em 31 de dezembro de 2022 R\$ 19.242 (R\$ 19.218 em 31 de dezembro de 2021). Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2022 R\$ 8.842 (R\$ 8.842 em 31 de dezembro de 2021) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2022, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

(i) O montante é principalmente composto da seguinte forma:

a) Em 31 de Dezembro de 2022 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2021) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber –rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores –Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Estoque – Refere-se ao projeto de primarização iniciado no 3º trimestre de 2019, em substituição ao contrato do fornecedor Siemens Gamesa, para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados de Rio Grande do Norte e Ceará.

Contratos de pré-compra de energia– Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	5.628.232	5.935.779	127.288	155.702
Mais valia de ativos, líquidos	873.290	940.433	837	900
Total	6.501.522	6.876.212	128.126	156.602

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no Capital %	Controladora				31/12/2022		31/12/2021		2022		2021	
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial						
Alto Irani	100%	91.226	2.114	46.590	38.545	46.590	59.394	38.545	36.703				
Atlântica I	100%	85.421	43.081	70.537	10.972	70.537	80.327	10.972	11.393				
Atlântica II	100%	87.100	43.895	69.340	9.911	69.340	80.141	9.911	13.346				
Atlântica IV	100%	91.987	53.081	80.938	11.871	80.938	83.551	11.871	12.350				
Atlântica V	100%	98.556	50.579	84.362	10.608	84.362	91.225	10.608	14.080				
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25%	1.137.940	398.381	509.033	(5.524)	127.288	155.702	(1.382)	9.722				
Baixa Verde	95%	683	742	682	23	532	241	22	36				
Bio Alvorada	100%	124.804	48.912	98.344	695	98.344	98.735	695	(37.506)				
Bio Buriú	100%	92.181	35.890	43.361	12.934	43.361	53.532	12.934	(20.179)				
Bio Coopcana	100%	123.698	50.853	103.352	11.601	103.352	109.122	11.601	9.664				
Bio Ester	100%	70.035	41.012	66.787	13.692	66.787	68.576	13.691	13.716				
Bio Formosa	100%	75.875	48.841	65.418	(5.845)	55.273	80.562	(5.845)	14.597				
Bio Ipe	100%	18.623	11.849	16.671	7.339	16.671	16.208	7.338	2.053				
Bio Pedra	100%	132.189	35.086	62.270	18.811	62.270	107.717	18.811	(14.704)				
Bioenergia	100%	58.707	38.889	56.168	17.304	56.168	56.698	17.304	13.918				
Boa Vista 2	100%	271.867	125.635	140.905	10.592	140.905	133.999	10.592	6.561				
Cachoeira Grande	100%	135	6.632	135	(14)	135	149	(14)	4				
Cajueiro	95%	982	536	963	34	664	319	32	41				
Campos dos Ventos II	100%	109.150	69.602	71.057	3.366	71.057	87.275	3.366	6.895				
Chimay Empreendimentos	100%	143.000	48.021	119.677	33.592	119.677	86.085	33.592	16.226				
Costa Branca	95%	75.355	40.133	64.765	7.391	59.808	64.631	7.093	7.792				
Costa das Dunas	95%	145.474	77.601	83.381	7.536	78.829	82.032	7.170	10.280				
Dobrevê	100%	1.030.292	786.866	990.602	137.116	985.212	1.103.363	138.047	153.916				
Eólica Paracuru	100%	53.482	18.030	38.557	34.813	38.557	39.768	34.813	32.357				
Eurus VI	100%	23.359	15.195	15.467	540	15.467	19.951	541	1.035				
Farol de Touros	94%	127.660	57.469	62.612	6.085	58.183	55.133	5.692	2.079				
Figueira Branca	100%	55.159	26.519	28.796	2.110	28.796	29.839	2.110	3.478				
Garnelaira	100%	99.264	53.647	56.618	5.373	56.618	58.722	5.373	5.241				
Jayaditya Empreendimentos	100%	58.377	2.082	24.725	13.145	24.725	12.580	13.145	1.910				
Juremas	95%	56.698	29.740	39.446	4.432	36.059	41.540	4.270	7.731				
Macacos	95%	79.966	41.466	59.923	6.151	55.074	53.793	5.922	9.359				
Mohini Empreendimentos	100%	74.886	1.269	37.442	33.391	37.442	21.847	33.391	19.179				
Navegantes	95%	146	477	137	(6)	130	58	(5)	32				
PCH Holding	100%	525.396	315.693	525.168	124.862	525.168	435.474	124.862	118.072				
Pedra Cheirosa I	100%	154.766	127.000	132.734	133	132.734	140.982	134	4.510				
Pedra Cheirosa II	100%	138.888	106.100	118.091	2.021	118.091	124.170	2.021	5.152				
Pedra Preta	95%	72.423	36.248	62.119	9.329	57.158	60.625	8.941	10.211				
Plano Alto	100%	73.212	1.527	37.978	27.952	37.978	34.925	27.952	26.889				
Rosa dos Ventos	100%	59.745	15.740	36.036	17.435	36.036	43.745	17.435	20.309				
Salto Góes	100%	103.456	76.400	101.506	17.465	101.506	104.149	17.465	21.714				
Santa Clara I	100%	101.394	71.107	74.705	5.438	74.705	92.102	5.438	8.569				
Santa Clara II	100%	82.637	48.898	56.297	5.015	56.297	72.974	5.014	7.870				
Santa Clara III	100%	85.212	47.928	55.655	5.444	55.655	72.616	5.444	9.133				
Santa Clara IV	100%	82.658	50.322	56.113	4.042	56.113	70.700	4.042	6.823				
Santa Clara V	100%	85.306	49.298	55.261	4.170	55.261	71.921	4.171	7.846				
Santa Clara VI	100%	84.382	51.974	56.261	2.951	56.261	69.737	2.951	5.595				
Santa Cruz	100%	128.577	67.710	63.577	604	63.577	25.183	604	1.065				
Santa Luzia	100%	176.895	89.314	173.077	27.809	173.077	174.513	27.808	34.083				
SIF Cinco	100%	88.271	42.662	67.327	23.231	67.327	74.734	23.231	27.827				
Solar I	100%	1.479	33	1.016	77	1.016	940	77	979				
Sul Centrais Elétricas	100%	26.669	14.183	18.442	647	18.442	17.889	647	212				
Turbina 16	100%	1.101.647	876.475	1.099.963	81.276	1.099.963	1.159.250	81.276	94.228				
Turbina 17	100%	71.721	51.903	52.716	536	52.716	56.337	536	4.376				
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada		7.939.011	4.444.638	6.053.103	819.024	5.628.232	5.935.779	822.260	778.772				
Amortização de ágio, líquido de efeitos fiscais								(66.869)	(64.244)				
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais								(10.243)	(10.243)				
Amortização de juros capitalizados								(1.370)	(1.370)				
Total						5.628.232	5.935.779	743.776	702.915				

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 66.869 (R\$ 64.244 no ano de 2021) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

Investimentos	Participação no Capital %	Consolidado				31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício				
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.137.940	398.381	509.033	(5.524)	127.288	155.702	(1.381)	9.722
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada						127.288	155.702	(1.381)	9.722
Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais								(63)	(65)
Total						127.288	155.702	(1.444)	9.657

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas no nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são é como segue:

Controladora						
Investimentos	Investimentos em 31/12/2021	Aumento / Redução de capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2022
Alto Irani	59.394	-	-	38.545	(51.350)	46.590
Atlântica I	80.327	-	-	10.972	(20.762)	70.537
Atlântica II	80.141	-	-	9.911	(20.712)	69.340
Atlântica IV	83.551	-	-	11.871	(14.484)	80.938
Atlântica V	91.225	-	-	10.608	(17.471)	84.362
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	155.702	-	-	(1.382)	(27.033)	127.288
Baixa Verde	241	270	-	22	-	532
Bio Alvorada	98.735	-	-	695	(1.086)	98.344
Bio Buriti	53.532	(16.000)	-	12.934	(7.105)	43.361
Bio Coopcana	109.122	-	-	11.601	(17.370)	103.352
Bio Ester	68.576	-	-	13.691	(15.481)	66.787
Bio Formosa	80.562	(16.000)	-	(5.845)	(3.443)	55.273
Bio Ipê	16.208	(1.000)	(60)	7.338	(5.815)	16.671
Bio Pedra	107.717	(58.000)	(249)	18.811	(6.008)	62.270
Bioenergia	56.698	(3.000)	-	17.304	(14.834)	56.168
Boa Vista 2	133.999	-	-	10.592	(3.686)	140.905
Cachoeira Grande	149	-	-	(14)	-	135
Cajueiro	319	320	-	32	(8)	664
Campos dos Ventos II	87.275	(10.000)	-	3.366	(9.584)	71.057
Chimay	86.085	-	-	33.592	-	119.677
Costa Branca	64.631	208	-	7.093	(12.124)	59.808
Costa das Dunas	82.032	-	-	7.170	(10.373)	78.829
Dobrevê Energia	1.103.363	(52.000)	-	138.047	(204.197)	985.212
Eólica Paracuru	39.768	(1.500)	-	34.813	(34.524)	38.557
Eurus VI	19.951	(3.500)	(24)	541	(1.501)	15.467
Farol de Touros	55.133	-	-	5.692	(2.642)	58.183
Figueira Branca	29.839	-	-	2.110	(3.154)	28.796
Gameleira	58.722	-	-	5.373	(7.477)	56.618
Jayaditya	12.580	-	-	13.145	(1.000)	24.725
Juremas	41.540	164	-	4.270	(9.914)	36.059
Macacos	53.793	171	-	5.922	(4.812)	55.074
Mohini	21.847	-	-	33.391	(17.796)	37.442
Navegantes	58	77	-	(5)	-	130
PCH Holding	435.474	-	-	124.862	(35.168)	525.168
Pedra Cheirosa I	140.982	(5.000)	-	134	(3.382)	132.734
Pedra Cheirosa II	124.170	(4.000)	-	2.021	(4.100)	118.091
Pedra Preta	60.625	226	-	8.941	(12.633)	57.158
Plano Alto	34.925	-	-	27.952	(24.900)	37.978
Rosa dos Ventos	43.745	-	-	17.435	(25.144)	36.036
Salto Góes	104.149	-	-	17.465	(20.108)	101.506
Santa Clara I	92.102	(10.000)	(240)	5.438	(12.595)	74.705
Santa Clara II	72.974	(14.000)	(216)	5.014	(7.476)	56.297
Santa Clara III	72.616	(15.582)	(186)	5.444	(6.637)	55.655
Santa Clara IV	70.700	(12.000)	(147)	4.042	(6.482)	56.113
Santa Clara V	71.921	(14.778)	(139)	4.171	(5.914)	55.261
Santa Clara VI	69.737	(11.000)	(111)	2.951	(5.315)	56.261
Santa Cruz	25.183	37.790	-	604	-	63.577
Santa Luzia	174.513	-	-	27.808	(29.244)	173.077
SILF Cinco	74.734	-	-	23.231	(30.638)	67.327
Solar 1	940	-	-	77	-	1.016
Sul Centrais Elétricas	17.889	-	-	647	(94)	18.442
Turbina 16	1.159.250	-	-	81.276	(140.563)	1.099.963
Turbina 17	56.337	-	-	536	(4.157)	52.716
Total dos investimentos	5.935.779	(208.138)	(1.370)	822.260	(920.299)	5.628.232

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Consolidado				
Investimentos	Investimentos em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2022
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	155.702	(1.381)	(27.033)	127.288
Total dos investimentos	155.702	(1.381)	(27.033)	127.288

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 13).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 13).

12.3 Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

Dividendos

Controladas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Baesa	1.500	2.474
Bio Alvorada	1	9.466
Bio Ester	1.200	-
Cajueiro	17	10
Chimay	-	19.591
Costa Branca	439	2.137
Costa das Dunas	14	2.442
Eólica Paracuru	-	4.000
Farol de Touros	2.989	430
Jayaditya	-	4.524
Mohini	-	18.728
Juremas	1.014	2.068
Macacos	881	2.574
Pedra Preta	254	2.709
Rosa dos Ventos	10.092	1.500
Santa Luzia	-	1.508
Siif Cinco	-	2.000
Sul Centrais Elétricas	1.125	1.030
Turbina 16	550	2.000
Turbina 17	4.865	708
	24.945	79.898

No consolidado, o saldo de dividendo a receber de R\$ 1.515 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.474 em 31 de dezembro de 2021), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2022 o montante de R\$ 697.406 a título de dividendos referente ao exercício de 2021 (R\$ 526.718 em 31 de dezembro de 2021, referente ao exercício de 2020). Adicionalmente, as controladas declararam em 2022 (i) R\$ 132.048 (R\$ 87.873 em 31 de dezembro de 2021) como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2022; (ii) R\$ 350.811 (R\$ 103.356 em 31 de dezembro de 2021) decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 3.950 (R\$ 12.355 em 31 de dezembro de 2021) como dividendo mínimo obrigatório. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 925.455 (R\$ 601.932 em 31 de dezembro de 2021) foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2022.

12.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Baixa Verde	-	180
Cajueiro	-	150
Navegantes	-	22
Santa Cruz	61.250	36.790
	61.250	37.142

12.5 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.6 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Costa das Dunas	Farol de Touros	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	4.441	4.164	3.798	2.997	3.836	4.535	81.601	281	105.653
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,855%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	1.155	702	459	984	1.256	1.222	16.286	160	22.224
Aumento de capital sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho em participação sem alteração no controle	624	1	17	437	799	492	-	-	2.370
Dividendos distribuídos a não controladores	(838)	(125)	(30)	(602)	(926)	(922)	(17.515)	(1)	(20.959)
Saldo em 31/12/2021	5.381	4.742	4.245	3.816	4.965	5.327	80.372	440	109.288
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,857%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	370	366	394	222	308	466	21.914	3	24.041
Aumento de capital sem alteração no controle	11	2	2	9	5	12	-	19	59
Distribuição de dividendos adicionais e intercalares	(638)	(530)	(183)	(522)	(253)	(665)	(22.499)	-	(25.289)
Saldo em 31/12/2022	5.124	4.580	4.458	3.524	5.025	5.140	79.788	461	108.099
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,857%	6,468%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	

12.7.1 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	31/12/2022					
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Ativo circulante	5.202	7.095	13.342	6.319	19.187	25.913
Caixa e equivalentes de caixa	760	1.579	3.353	1.053	5.182	15.293
Ativo não circulante	70.154	49.603	66.624	66.104	116.095	249.032
Passivo circulante	2.935	10.248	10.702	3.580	3.134	17.662
Outros passivo financeiros	2.935	10.248	10.702	3.580	3.134	10.944
Passivo não circulante	7.655	7.004	9.341	6.724	1.000	109.508
Outros passivo financeiros	7.655	7.004	9.341	6.724	1.000	2.417
Patrimônio líquido	64.765	39.446	59.923	62.119	131.148	147.774

31/12/2021

	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Ativo circulante	5.976	6.073	5.754	9.153	14.790	45.882
Caixa e equivalentes de caixa	210	315	240	278	647	3.811
Ativo não circulante	73.200	51.432	68.133	67.324	123.459	256.380
Passivo circulante	6.781	10.256	12.761	8.160	4.639	39.416
Outros passivo financeiros	6.781	10.256	12.761	8.160	4.639	31.402
Passivo não circulante	2.476	1.971	2.471	2.467	1.000	115.711
Outros passivo financeiros	2.476	1.971	2.471	2.467	1.000	3.130
Patrimônio líquido	69.919	45.277	58.656	65.850	132.610	147.136

31/12/2022

	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Receita operacional líquida	17.560	11.684	16.088	17.939	70.504	46.947
Custo e despesa operacional	(6.000)	(4.556)	(6.427)	(4.758)	(5.566)	(7.994)
Depreciação e amortização	(3.861)	(2.620)	(3.340)	(3.461)	(8.325)	(12.907)
Receita de juros	384	617	749	507	747	3.470
Despesa de juros	(168)	(127)	(163)	(165)	(70)	(13.220)
Despesa de imposto sobre a renda	(517)	(565)	(750)	(730)	(2.487)	(2.618)
Lucro (prejuízo) líquido	7.391	4.432	6.151	9.329	54.785	13.673

31/12/2021

	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Receita operacional líquida	18.996	15.413	20.079	19.772	58.266	38.650
Custo e despesa operacional	(5.999)	(3.838)	(5.699)	(4.793)	(189)	(13.633)
Depreciação e amortização	(3.970)	(2.683)	(3.417)	(3.553)	(8.121)	(3.854)
Receita de juros	1.144	586	902	1.009	227	2.270
Despesa de juros	(247)	(209)	(245)	(242)	(39)	(11.952)
Despesa de imposto sobre a renda	(1.108)	(699)	(961)	(987)	(1.928)	(1.981)
Lucro (prejuízo) líquido	8.911	8.646	10.730	11.296	48.238	13.122

12.7.2 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Balço patrimonial

	Baesa	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	67.841	128.677
Caixa e equivalentes de caixa	21.333	52.595
Ativo não circulante	1.070.100	1.127.147
Passivo circulante	86.232	104.109
Outros passivo financeiros	73.479	78.221
Passivo não circulante	558.037	529.052
Outros passivo financeiros	448.501	435.853
Patrimônio líquido	509.033	622.664

Demonstração do resultado

	2022	2021
Receita operacional líquida	323.099	458.130
Custo e despesa operacional	(213.034)	(251.130)
Depreciação e amortização	(57.154)	(51.114)
Receita de juros	6.208	2.371
Despesa de juros	(67.854)	(102.569)
Despesa de imposto sobre a renda	4.057	(16.525)
Lucro (prejuízo) do período	(5.524)	38.877

12.7.3 Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(13) IMOBILIZADO

	Controladora							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2020	18.894	218.708	255.283	1.028.564	954	1.805	153.544	1.677.751
Custo histórico	18.945	466.183	547.521	2.630.280	2.650	5.360	153.544	3.824.484
Depreciação acumulada	(51)	(247.476)	(292.238)	(1.601.716)	(1.696)	(3.556)	-	(2.146.733)
Adições	-	-	-	-	-	-	92.792	92.792
Baixas	-	-	(15.973)	(13.564)	(606)	-	-	(30.143)
Transferências	-	10	-	73.848	-	-	(73.858)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(3)	(12.449)	(16.521)	(107.084)	(232)	(223)	-	(136.513)
Baixa da depreciação	-	1	3.454	8.177	575	-	-	12.207
Saldo em 31/12/2021	18.891	206.270	226.242	989.941	690	1.582	174.356	1.617.972
Custo histórico	18.945	466.193	531.549	2.690.564	2.044	5.360	174.356	3.889.010
Depreciação acumulada	(54)	(259.923)	(305.306)	(1.700.623)	(1.354)	(3.778)	-	(2.271.038)
Adições	-	-	-	-	-	-	94.510	94.510
Baixas	-	-	(9.965)	(12.015)	-	-	-	(21.980)
Transferências	-	-	-	36	-	-	5.812	5.848
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(5.848)	(5.848)
Depreciação	(2)	(12.448)	(14.495)	(106.641)	(207)	(211)	-	(134.005)
Baixa da depreciação	-	-	4.666	7.855	-	-	-	12.519
Saldo em 31/12/2022	18.888	193.822	206.448	879.175	482	1.371	268.830	1.569.016
Custo histórico	18.945	466.193	521.573	2.678.585	2.044	5.360	268.830	3.961.530
Depreciação acumulada	(56)	(272.371)	(315.126)	(1.799.410)	(1.561)	(3.989)	-	(2.392.514)
Taxa média de depreciação 2022	2,73%	3,69%	3,07%	5,51%	13,33%	6,86%		
Taxa média de depreciação 2021	2,73%	3,96%	5,11%	5,77%	13,82%	7,60%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	148.994	1.004.789	730.932	5.579.683	975	3.185	419.814	7.888.374
Custo histórico	197.440	1.778.757	1.283.287	9.501.883	3.084	9.791	419.814	13.194.056
Depreciação acumulada	(48.445)	(773.968)	(552.355)	(3.922.200)	(2.109)	(6.606)	-	(5.305.682)
Adições	-	-	-	-	-	-	452.058	452.058
Baixas	-	-	(83.971)	(54.149)	(606)	-	-	(138.726)
Transferências	2.170	631	53.718	425.129	-	73	(481.720)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(3.430)	(37.406)	(39.072)	(413.404)	(238)	(449)	-	(494.000)
Baixa da depreciação	-	1	6.381	16.199	575	-	-	23.156
Saldo em 31/12/2021	147.735	968.015	667.987	5.553.458	705	2.809	392.029	7.732.738
Custo histórico	199.610	1.779.388	1.253.034	9.872.863	2.477	9.864	392.029	13.507.258
Depreciação acumulada	(51.875)	(811.372)	(585.046)	(4.319.405)	(1.772)	(7.055)	-	(5.774.520)
Adições	-	-	-	-	-	-	243.075	243.075
Baixas	-	(662)	-	(40.556)	-	-	(5.197)	(46.416)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	23	-	16.255	18.305	-	-	(34.583)	-
Depreciação	(3.429)	(37.521)	(67.236)	(418.768)	(213)	(435)	-	(527.603)
Baixa da depreciação	-	333	10.955	18.385	-	-	-	29.674
Saldo em 31/12/2022	144.328	930.166	627.961	5.130.824	492	2.374	595.324	7.431.469
Custo histórico	199.633	1.778.726	1.269.289	9.850.612	2.477	9.864	595.324	13.703.917
Depreciação acumulada	(55.305)	(848.560)	(641.327)	(4.719.788)	(1.985)	(7.489)	-	(6.272.449)
Taxa média de depreciação 2022	1,77%	2,25%	2,43%	4,90%	13,45%	6,30%	-	-
Taxa média de depreciação 2021	1,92%	2,38%	3,75%	4,73%	13,92%	6,74%	-	-

Saldo de imobilizado em curso na controladora de R\$ 268.830 (R\$ 174.356 em 31 de dezembro de 2021) refere-se principalmente ao Plano de Recuperação e Disponibilidade (PRD) Suzlon e consumo de materiais e equipamentos em projetos em andamento, e no consolidado de R\$ 595.324 (R\$ 392.029 em 31 de dezembro de 2021) refere-se principalmente às obras de manutenção e construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização".

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 15 e 16, é de aproximadamente R\$ 602.386 (R\$ 679.350 em 31 de dezembro de 2021).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. No exercício de 2022, algumas unidades geradoras de caixa do segmento de geração, cujo valor contábil total é de R\$ 408.170, apontaram indicativos que eventualmente pudessem gerar uma mudança na projeção de geração de caixa. A Companhia efetuou o respectivo teste de recuperabilidade utilizando o modelo de *income approach*, sendo as principais premissas de projeção a quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, cujos resultados não apontaram necessidade de provisão para recuperação. Em 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2020	846.245	25.314	871.559
Custo histórico	1.766.660	42.689	1.809.349
Amortização acumulada	(920.416)	(17.374)	(937.790)
Adições	-	12.244	12.244
Amortização	(74.397)	(4.177)	(78.574)
Transferência - outros ativos	-	(1.877)	(1.877)
Saldo em 31/12/2021	771.848	31.504	803.352
Custo histórico	1.766.660	53.056	1.819.716
Amortização acumulada	(994.813)	(21.552)	(1.016.365)
Adições	-	9.450	9.450
Amortização	(64.431)	(8.038)	(72.469)
Baixa e transferência - outros ativos	(9.966)	(538)	(10.504)
Saldo em 31/12/2022	697.451	32.379	729.830
Custo histórico	1.766.660	59.276	1.825.936
Amortização acumulada	(1.069.210)	(26.897)	(1.096.107)

	Consolidado			
	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público		
Saldo em 31/12/2020	2.344.542	8.679	41.712	2.394.934
Custo histórico	4.040.580	8.679	73.386	4.122.644
Amortização acumulada	(1.696.037)	-	(31.673)	(1.727.710)
Adições (a)	-	125.940	13.932	139.872
Amortização	(169.229)	(3.167)	(5.392)	(177.788)
Baixa e transferência - outros ativos	(506)	-	(1.877)	(2.383)
Saldo em 31/12/2021	2.174.807	131.452	48.376	2.354.634
Custo histórico	4.040.074	134.619	85.441	4.260.134
Amortização acumulada	(1.865.267)	(3.167)	(37.065)	(1.905.499)
Adições	-	-	9.508	9.508
Amortização	(167.547)	(9.225)	(9.251)	(186.023)
Baixa e transferência - outros ativos	(2.092)	-	(537)	(2.629)
Perda por redução ao valor não recuperável	(6.550)	-	-	(6.550)
Saldo em 31/12/2022	1.998.619	122.227	48.095	2.168.941
Custo histórico	4.033.524	125.394	91.719	4.250.637
Amortização acumulada	(2.034.905)	(3.167)	(43.625)	(2.081.697)

(a) Refere-se ao registro de extensão de outorga realizado pela Companhia em 30 de setembro de 2021 provenientes da repactuação do risco hidrológico. Para maiores detalhes, vide Nota 14.2.

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021		Taxa de amortiza1,ao anual	
	Gusto Hist6rico	Amortiza1,ao acumulada	Valor Hquido	Valor Hquido	31/12/2022	31/12/2021
Intangível adquirido em combina1,ies de neg6cio						
Intangível adquirido nao incorporado						
Alto Irani	171.016	(92.973)	78.043	86.186	4,76%	4,76%
An.oredo	38.086	(20.697)	17.389	19.142	4,60%	4,60%
Atliintica I	469	(129)	339	354	3,13%	3,13%
Atliintica II	469	(129)	340	354	3,12%	3,12%
Atliintica IV	469	(129)	340	354	3,12%	3,12%
Atliintica V	469	(129)	340	354	3,12%	3,12%
Baixa Verde	4.981		4.981	4.981		
Barra da Paciencia	82.973	(57.902)	25.071	28.652	4,32%	4,32%
Bio Ester	15.874	(9.666)	6.208	7.151	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(9.474)	64.576	66.896	3,13%	3,13%
Cajueiro	7.823		7.823	7.823		
Campo dos Ventos I	3.642	(876)	2.765	2.902	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.597)	3.979	4.150	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(885)	2.757	2.893	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(876)	2.765	2.902	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(18.399)	10.898	12.455	5,31%	5,31%
Corrente Grande	49.995	(34.629)	15.366	17.536	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(13.288)	36.194	37.713	3,07%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(296)	4.982	5.137		
E6lica Paracuru	234.646	(125.333)	109.313	120.621	4,82%	4,82%
Eurus I	65.603	(17.172)	48.431	50.506	3,16%	3,14%
Eurus III	65.603	(17.172)	48.431	50.506	3,16%	3,14%
Eurus VI	1.311	(415)	896	936	3,02%	3,02%
Farol de Touros	4.060	(137)	3.923	4.041		
Figueira Branca	2.436	(119)	2.317	2.392		
Figueir6polis	6.672	(2.822)	3.850	4.189	5,09%	5,09%
Gameleira	3.248	(129)	3.119	3.216		
Juremas	40.751	(10.972)	29.780	31.034	3,08%	3,08%
Ludesa	132.073	(59.973)	72.100	79.312	5,46%	5,46%
Macacos	53.384	(14.373)	39.011	40.654	3,08%	3,08%
Mata Velha	25.463	(10.382)	15.081	16.672	6,25%	5,88%
Morro dos Ventos I	50.926	(13.656)	37.270	38.920	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos II	3.169	(745)	2.424	2.523	3,12%	2,69%
Morro dos Ventos III	50.926	(13.656)	37.270	38.920	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos IV	50.926	(13.656)	37.270	38.920	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos VI	50.926	(13.656)	37.270	38.920	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos IX	53.150	(14.253)	38.897	40.619	3,24%	3,22%
Ninho da Aguaia	29.297	(18.399)	10.898	12.455	5,31%	5,31%
PaioI	58.594	(32.214)	26.380	29.109	4,66%	4,66%
Pedra Cheirosa I	25.945	(6.882)	19.062	25.142	4,82%	4,07%
Pedra Cheirosa II	31.050	(6.191)	24.859	27.706	3,63%	3,43%
Pedra Preta	53.390	(14.337)	39.053	40.691	3,07%	3,07%
Plano Alto	127.249	(69.179)	58.070	64.130	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	67.741	(32.639)	35.102	38.797	5,45%	5,45%
Saito Goes	55.442	(20.206)	35.235	37.239	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.660)	3.570	3.728	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.656)	3.574	3.732	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.660)	3.570	3.728	3,02%	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(1.660)	3.570	3.728	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.647)	3.582	3.739	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(1.660)	3.570	3.728	3,02%	3,02%
P_G996 - Santa Luzia	88.167	(31.285)	56.882	59.726	3,23%	3,23%
Santa Monica	5.963	(1.327)	4.636	4.854	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.327)	4.636	4.854	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.331)	4.632	4.851	3,67%	3,67%
Sao Benedito	5.963	(1.345)	4.618	4.836	3,66%	3,66%
Sao Domingos	5.963	(1.304)	4.659	4.868	3,50%	3,50%
Sao Gon9alo	32.226	(20.149)	12.077	13.782	5,29%	5,29%
Sao Martinho	5.963	(1.327)	4.636	4.854	3,66%	3,66%
SILF Cinco	139.766	(75.258)	64.507	71.297	4,86%	4,86%
Varginha	26.367	(16.559)	9.808	11.209	5,31%	5,31%
Varzea Alegre	21.973	(13.799)	8.173	9.341	5,31%	5,31%
Subtotal	2.266.864	(965.695)	1.301.168	1.402.959		
Intangível adquirido ja incorporado - recomposto						
E6lica de Icarazinho	353.069	(188.587)	164.482	181.497	4,82%	4,82%
E6lica de Formosa	227.113	(122.292)	104.822	115.855	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(385.035)	374.993	411.375	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(373.295)	53.154	63.121	2,34%	2,34%
Subtotal	1.766.660	(1.069.210)	697.451	771.848		
Total	4.033.524	(2.034.905)	1.998.619	2.174.807		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 UBP/Intangível de concessão

Generation Scaling Factor (“GSF”)

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (“REN”) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (“ACR”) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 125.524 ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica, provenientes das controladas da CPFL Renováveis e (ii) R\$ 44.828 no investimento consolidado com contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às subsidiárias da Companhia possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%.

14.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	24.340	77.870	47.731	79.383
Encargos de uso da rede elétrica	3.173	2.837	13.855	11.597
Materiais e serviços	37.585	50.594	90.949	86.709
Total	65.099	131.301	152.535	177.688
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	7.007	-	37.924	29.461
Total	7.007	-	37.924	29.461

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
TJLP	300.949	-	(41.020)	23.220	-	(21.246)	261.904
IPCA	-	60.000	-	650	-	(542)	60.108
IGPM	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Total ao custo	330.154	60.000	(58.787)	27.726	-	(23.830)	335.264
Gastos com captação	(82)	-	-	47	-	-	(35)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	157.570	294.000	-	9.313	2.629	(7.009)	456.503
Marcação a mercado	(3.224)	-	-	(15.509)	-	-	(18.733)
Total ao valor justo	154.346	294.000	-	(6.196)	2.629	(7.009)	437.770
Total	484.419	354.000	(58.787)	21.577	2.629	(30.839)	772.999
Circulante	59.621						107.431
Não Circulante	424.796						665.568
Modalidade	Controladora						
	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP e TLP							
TJLP e TLP	341.877	(40.914)	20.539	-	(20.553)	300.949	
IGP-M	38.922	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205	
Total ao custo	380.799	(57.039)	30.108	-	(23.714)	330.154	
Gastos com captação	(129)	-	47	-	-	(82)	
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	319.277	(180.797)	5.218	20.066	(6.194)	157.570	
Marcação a mercado	(1.739)	-	(1.485)	-	-	(3.224)	
Total ao valor justo	317.538	(180.797)	3.733	20.066	(6.194)	154.346	
Total	698.208	(237.836)	33.888	20.066	(29.908)	484.419	
Circulante	230.111					59.621	
Não Circulante	468.098					424.796	

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	424.706	-	(47.919)	33.676	-	(31.100)	379.363
IPCA	184.284	60.000	-	10.970	-	(20.838)	234.416
CDI	97.432	-	(42.400)	7.402	-	(7.229)	55.205
IGPM	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Total ao custo	735.627	60.000	(108.086)	55.904	-	(61.209)	682.236
Gastos com captação,	(4.347)	-	-	1.005	-	-	(3.342)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	157.570	294.000	-	9.313	2.629	(7.009)	456.503
Marcação a mercado	(3.224)	-	-	(15.509)	-	-	(18.733)
Total ao valor justo	154.346	294.000	-	(6.196)	2.629	(7.009)	437.770
Total	885.627	354.000	(108.086)	50.713	2.629	(68.218)	1.116.665
Circulante	122.422						179.717
Não Circulante	763.205						936.948

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP e TLP	474.954	-	(50.245)	29.545	-	(29.547)	424.706
IPCA	-	178.500	-	15.835	-	(10.051)	184.284
CDI	129.842	-	(33.801)	4.472	-	(3.082)	97.432
IGP-M	38.922	-	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205
Total ao custo	643.718	178.500	(100.171)	59.421	-	(45.841)	735.627
Gastos com captação	(3.106)	-	-	(1.241)	-	-	(4.347)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	319.277	-	(180.797)	5.218	20.066	(6.194)	157.570
Marcação a mercado	(1.739)	-	-	(1.485)	-	-	(3.224)
Total ao valor justo	317.538	-	(180.797)	3.733	20.066	(6.194)	154.347
Total	958.150	178.500	(280.968)	61.913	20.066	(52.035)	885.627
Circulante	272.016						122.422
Não Circulante	686.135						763.205

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	(a) 379.364	424.707	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
		379.364	424.707		
IPCA					
BNB	IPCA + de 1,36% a 1,48%	174.151	184.284	2022 a 2044	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
FINEM	IPCA + 4,182273%	60.265		2022 a 2036	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI	(b) 55.205	97.432	2016 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	13.252	29.205	2013 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Total moeda nacional		682.236	735.628		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	JSS + de (2,07% a 3,29%)	456.503	157.570	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(18.733)	(3.224)		
Total moeda estrangeira		437.771	154.346		
Gastos com captação (*)		(3.342)	(4.347)		
Total		1.116.665	885.627		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.733 (R\$ 3.224 em 31 de dezembro de 2021), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 19.249 (R\$ 1.941 em 31

de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 37.982 (R\$ 5.165 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	399.192	414.040
2025	94.825	109.685
2026	46.062	60.921
2027	46.062	60.921
2028	79.180	154.119
2029 a 2033	18.981	93.279
2034 a 2038	-	54.156
2039 a 2043	-	8.564
Subtotal	684.302	955.685
Marcação a mercado	(18.734)	(18.737)
Total	665.568	936.948

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>% da dívida</u>	<u>% da dívida</u>
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IGP-M	5,45	23,14	1,03	3,97
IPCA	5,79	10,06	18,30	25,05
TJLP	6,78	4,80	29,61	58,23
CDI	13,65	4,40	51,06	12,75
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2022, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

<u>Modalidade Empresa</u>	<u>Montantes R\$ mil</u>		<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>Destinação do recurso</u>	<u>Encargo financeiro anual e taxa efetiva anual</u>	<u>Taxa efetiva com derivativo</u>
	<u>Total aprovado</u>	<u>Liberado em 2022</u>					
Moeda nacional							
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,57%	CDI + 1,05%
IPCA - BNDES							
CPFL Renováveis - SPE Cherochim	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024	Investimento	IPCA + 4,182273%	Não se aplica
	<u>515.936</u>	<u>354.000</u>					

Pré-pagamento

No ano de 2022, foram liquidados antecipadamente R\$ 200.000 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até novembro de 2023.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Controladora		Saldo em 31/12/2022
			Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
Pós fixado					
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)	164.592
IPCA	323.455	(333.994)	28.574	(18.035)	-
Total ao custo	1.170.822	(1.007.667)	105.734	(104.297)	164.592
Gastos com captação (*)	(2.315)	-	2.278	-	(37)
Total	1.168.507	(1.007.667)	108.012	(104.297)	164.555
Circulante	810.993				164.555
Não circulante	357.514				-

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Pós fixado				
CDI	840.117	38.425	(31.174)	847.367
IPCA	292.988	46.652	(16.186)	323.455
Total ao custo	1.133.105	85.077	(47.360)	1.170.822
Gastos com captação (*)	(3.486)	1.171	-	(2.315)
Total	1.129.619	86.248	(47.360)	1.168.507
Circulante	8.294			810.993
Não Circulante	1.121.326			357.514

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Pós fixado					
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)	164.592
IPCA	323.455	(333.994)	28.574	(18.035)	-
Total ao custo	1.170.822	(1.007.667)	105.734	(104.297)	164.592
Gastos com captação (*)	(2.315)	-	2.278	-	(37)
Total	1.168.507	(1.007.667)	108.012	(104.297)	164.555
Circulante	810.993				164.555
Não circulante	357.514				-

Modalidade	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Pós fixado				
CDI	840.117	38.425	(31.174)	847.367
IPCA	292.988	46.652	(16.186)	323.455
Total ao custo	1.133.105	85.077	(47.360)	1.170.822
Gastos com captação (*)	(3.486)	1.171	-	(2.315)
Total	1.129.619	86.248	(47.360)	1.168.507
Circulante	8.294			810.993
Não Circulante	1.121.326			357.514

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensurado ao custo - Pós fixado					
CDI	De 104,75% a 110% do CDI	(a) 164.592	847.368	2019 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 5,62%	(b) -	323.455	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
		164.592	1.170.822		
	Custos de captação (*)	(37)	(2.315)		
	Total	164.555	1.168.507		

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores. :

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2022</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	150.383
Valor justo dos ativos do plano	<u>(119.199)</u>
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	31.184
Efeito da conversão para a dívida financeira	<u>2.685</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	33.870
	<u>31/12/2021</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	173.628
Valor justo dos ativos do plano	<u>(125.975)</u>
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	47.653
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	<u>-</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	47.653

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	<u>175.300</u>
Custo do serviço corrente bruto	149
Juros sobre obrigação atuarial	13.019
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Benefícios pagos no ano	<u>(12.487)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	173.628
Custo do serviço corrente bruto	34
Juros sobre obrigação atuarial	14.931
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.951)
Benefícios pagos no ano	(16.830)
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	<u>(10.144)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	149.677

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(122.879)
Rendimento esperado no exercício	(9.141)
Contribuições de patrocinadoras	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Benefícios pagos no exercício	12.487
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(125.974)
Rendimento esperado no exercício	(11.515)
Contribuições de patrocinadoras	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Benefícios pagos no exercício	16.830
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.180
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(119.199)

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	47.682
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.878
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.979)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira	(2.686)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	31.184
Conversão para dívida financeira	2.686
Outras contribuições	29
Total passivo	33.899
Circulante	8.110
Não Circulante	25.789

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 10.692

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R\$ mil
2023	13.983
2024	14.672
2025	14.928
2026	15.165
2027 a 2032	94.505
Total	153.253

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,2 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	<u>2023 estimadas</u>
Custo do serviço	19
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa (receita)	<u>2.704</u>

	<u>2022 realizadas</u>
Custo do serviço	34
Efeito da conversão voluntária de renda *	722
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	<u>4.878</u>

	<u>2021 realizadas</u>
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	<u>4.027</u>

* No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2022, R\$ 15.637 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2023.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a.(*)	6,40% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-50)	Light fraca (-50)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST	
	2022	2021
Renda fixa	75%	69%
Títulos públicos federais	37%	38%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Outros investimentos de renda fixa	36%	28%
Renda variável	17%	26%
Fundos de investimento em ações	17%	26%
Investimentos estruturados	3%	1%
Fundos de participação	-	-
Fundos imobiliários	-	-
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	95%	96%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	3%	2%
Depósitos judiciais e outros	3%	2%
Não cotados em mercado ativo	5%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2023
Renda Fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
	100,00%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management– ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez

deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento</u> <u>(redução)</u>	<u>CPFL</u> <u>Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	3.111
	+0,25 p.p.	(3.523)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(3.971)
	-1 ano	3.261

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

As fundações utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	93.138	72.579	112.028	91.387
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	29.537	22.332	38.446	30.765
Imposto de renda e contribuição social a recolher	122.675	94.911	150.475	122.153
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	392	-	2.055	1.995
Programa de integração social - PIS	3.272	2.903	4.492	4.165
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	15.098	18.101	20.850	22.758
Outros	9.228	8.160	12.494	10.359
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	27.990	29.165	39.891	39.277
Total Circulante	150.665	124.076	190.365	161.429
<u>Não circulante</u>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.456	4.289	4.456	4.444
Contribuição social a pagar	866	851	876	861
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.322	5.139	5.332	5.305
ICMS a pagar	-	-	911	874
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	911	874
Total Não circulante	5.322	5.139	6.243	6.178

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 20.1)	9.366	8.900	-	-	152.812	130.392
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 20.2)	44.741	44.638	5.687	2.046	138.613	152.812
Total	54.107	53.538	5.687	2.046	291.425	283.205

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	9.457	1.848	9.410	2.478
Cíveis	138.231	4.035	118.885	3.517
Fiscais	5.124	12.025	2.098	11.850
Outros	-	-	-	83
Total	152.812	17.908	130.392	17.928

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	9.410	679	(594)	(603)	565	9.457
Cíveis	118.885	249	(2.560)	(1.314)	22.971	138.231
Fiscais	2.098	6.262	(1.277)	(2.377)	418	5.124
Total	130.392	7.190	(4.430)	(4.294)	23.953	152.812

	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	8.077	1.584	(481)	(339)	568	9.410
Cíveis	26.718	149.543	(67.983)	(820)	11.427	118.885
Fiscais	3.637	1.962	-	(3.638)	137	2.098
Total	38.432	153.089	(68.465)	(4.797)	12.132	130.392

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.501	3.548
Cíveis	460.381	277.492
Fiscais	1.246.922	1.026.601
Fiscais - Outros	1.817.811	1.542.248
Regulatório	12.975	12.089
Total	3.539.590	2.861.978

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 217.491, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de decisão adversa à Companhia, sendo que, baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais e Fiscais Outros** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 384.975 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 12.5). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 717.628 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A.

e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível.

Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas às obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (8,55% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização e 10,07% (8,43% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Desmobilização de ativos	44.637	-	(3.713)	3.817	44.741
Total	44.637	-	(3.713)	3.817	44.741
Circulante	-				-
Não Circulante	44.637				44.741

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Desmobilização de ativos	137.187	-	(22.695)	11.733	126.225
Custos socioambientais	17.671	(1.135)	49	1.490	18.075
Total	154.858	(1.135)	(22.646)	13.223	144.300
Circulante	2.046				5.687
Não Circulante	152.812				138.613

Consolidado						
	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	184.829	5.863	-	(66.940)	13.434	137.187
Custos socioambientais	20.071	2.829	(1.722)	(4.593)	1.087	17.671
Total	204.900	8.692	(1.722)	(71.533)	14.521	154.858
Circulante	19.946					2.046
Não Circulante	184.955					152.812

(21) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Biomassa	-	-	12.659	7.784
Eólicas	141.861	31.164	643.815	356.839
Pequenas Centrais Hidrelétricas	141.861	31.164	91.659 748.133	88.285 432.908
Total do circulante	141.408	30.530	631.627	410.038
Total do não circulante	453	634	116.507	42.870

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	2.227	1.480	-	-	2.936	1.892	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	169	129	-	-	169	129	-	-
EPE / FNDCT (*)	6	6	-	-	6	6	-	-
Folha de pagamento	2.169	1.809	-	-	2.169	1.809	-	-
Participação nos lucros	13.746	12.936	2.534	1.019	13.746	12.936	2.534	1.019
Taxas Regulamentares	22.088	22.300	-	-	22.666	22.802	-	-
Outros	11.757	6.592	-	-	19.867	19.016	1.657	1.656
Total	52.162	45.252	2.534	1.019	61.560	58.590	4.191	2.675

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

Taxas regulamentares: representam encargos sobre a receita, cujos custos gerenciáveis suportados pelas concessionárias, instituídos legalmente, cujo repasse aos clientes é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 0,48 vezes o EBITDA em 2022 (0,79 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

23.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2021), representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

23.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações de 2011 a 2014, R\$ 588.778 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 588.009 em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

23.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 902.574 (R\$ 853.598 em 31 de dezembro de 2021), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 188.642 (R\$ 124.030 em 31 de dezembro de 2021); ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária –Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iii) Dividendos adicionais propostos de R\$ 597.812 (R\$ 613.448 em 31 de dezembro de 2021), constituído a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2022 da Companhia.

23.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 281.909 (R\$ 308.883 em 2021);
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 47.635 (R\$ 54.324 em 2021).

23.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2022 foi aprovada a declaração de dividendo adicional proposto de R\$ 613.448 referente ao exercício de 2021.

A Companhia está propondo para o exercício de 2022, o montante de R\$ 656.814 de dividendo intercalares propostos pagos a serem deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 597.812 de dividendo adicional proposto.

Em 2022, a Companhia efetuou pagamento R\$ 613.448 de dividendos.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.292.264
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	<u>26.974</u>
Lucro base para destinação	1.319.238
Reserva legal	(64.613)
Dividendos intermediários declarados	(656.814)
Dividendos adicionais propostos	(597.812)

(24) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado por ação em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi baseado no lucro líquido dos períodos atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.292.264	1.463.196
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	593.782.504	593.782.504
Lucro por ação	<u><u>2,18</u></u>	<u><u>2,46</u></u>

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Receita de operações com energia elétrica				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	1.260.419	1.132.867	1.260.419	1.132.867
Biomassa			337.455	320.246
Eólica	578.301	565.368	1.530.753	1.576.920
Pequenas Centrais Hidrelétricas	11.501	10.086	696.049	629.053
Solar			488	470
Suprimento de energia elétrica	1.850.220	1.708.320	3.825.164	3.659.555
Outras receitas e rendas	2.595	1.856	27.441	10.455
Outras receitas operacionais	2.595	1.856	27.441	10.455
Total da receita operacional bruta	1.852.815	1.710.176	3.852.605	3.670.010
Deduções da receita operacional				
ICMS			(1.570)	(1.463)
PIS	(30.571)	(28.229)	(44.091)	(41.708)
COFINS	(140.814)	(130.025)	(203.133)	(192.240)
ISS			(172)	
Reserva global de reserva - RGR			(408)	(174)
Programa de P & D e eficiência energética	(101)	(90)	(101)	(90)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(175)	(90)	(819)	(483)
Taxa de fiscalização	(1.117)	(1.770)	(7.609)	(7.612)
	(172.778)	(160.205)	(257.902)	(243.769)
Receita operacional líquida	1.680.037	1.549.971	3.594.703	3.426.242
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Hidrelétrica	3.691	3.927	3.691	3.927
Biomassa			1.106	1.168
Eólica	1.251	1.293	4.668	4.951
Pequenas Centrais Hidrelétricas	46	46	2.397	2.208
Solar			2	2
Suprimento de energia elétrica	4.988	5.266	11.864	12.256

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	R\$mil	R\$mil	R\$mil	R\$mil
Energia comprada para revenda	218.207	261.804	312.795	391.853
Credito de PIS e COFINS	(20.184)	(24.217)	(18.709)	(24.529)
Subtotal	198.023	237.587	294.086	367.324
Encargos de uso do sistema de transmissao e distribuicao	37.439	32.735	143.243	115.753
Credito de PIS e COFINS	(3.463)	(3.028)	(3.644)	(3.139)
Subtotal	33.976	29.707	139.598	112.615
Total	231.999	267.294	433.683	479.939

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	GWh	GWh	GWh	GWh
Energia comprada para revenda - GWh	1.504	1.464	2.765	2.520
Total	1.504	1.464	2.765	2.520

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Despesas Operacionais							
	Custo com operac;ao		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	30.770	16.634	12.339	26.345	-	-	43.109	42.979
Entidade de previdencia privada	3.704	4.031	-	-	-	-	3.704	4.031
Material	10.069	14.631	986	1.111	-	-	11.055	15.742
Servigos de terceiros	17.897	16.525	8.435	12.013	-	-	26.332	28.538
Outros	6.011	3.932	7.309	6.983	4.835	4.594	18.155	15.509
Arrendamentos e alugueis	2.120	1.496	237	1.846	-	-	2.357	3.342
Publicidade e propaganda			2.605	1.911	-	-	2.605	1.911
Legais, judiciais e indenizagoes			938	1.773	-	-	938	1.773
Doagoes, contribuicoes e subvengoes			(458)	458	-	-	(458)	458
Perda (ganho) na alienagao, desativagao e outros de ati\Os nao circulante			-		4.696	4.456	4.696	4.456
Outros	3.891	2.436	3.987	995	139	138	8.017	3.569
Total	68.451	55.753	29.067	46.452	4.834	4.594	102.352	106.799

Consolidado

	Despesas Operacionais							
	Custo com operai:ao		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	56.897	49.468	88.708	71.175			145.605	120.643
Entidade de previdencia privada	4.008	4.030					4.008	4.030
Material	22.129	24.955	5.357	4.109			27.486	29064
Servii:os de terceiros	152.613	146.043	63.912	58.666			216.525	204.709
Outros	62.004	41.527	15.777	81.858	18.679	41.806	96.461	165.192
Arrendamentos e alugueis	31.355	25.612	1.722	6.142			33.077	31.754
Publicidade e propaganda	2	10	2.626	1.913			2.628	1.923
Legais, judiciais e indenizai:oes			2.321	70.083			2.321	70.083
Doai:oes, contribui:oes e subveni:oes			(458)	458			(458)	458
Perda (ganho) na alienai:ao, desativai:ao e outros de ativos nao circulante					17.902	40.973	17.902	40.973
Amortizai:ao de premio pago - GSF	6.408	5.822					6.408	5.822
Outros	24.240	10.083	9.566	3.263	777	833	34.583	14.179
Total	297.651	266.023	173.754	215.808	18.679	41.806	490.085	523.638

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	33.949	10.235	118.637	35.220
Atualizações monetárias, juros e multas	9.937	10.639	4.458	6.881
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.082)	(1.306)	(2.507)	(1.425)
Receita decorrente de liquidações CCEE	-	6.141	2.394	24.039
Outros	848	336	13.019	12.303
Total	42.651	26.044	136.001	77.018
Despesas				
Encargos de dívidas	(124.372)	(87.737)	(157.658)	(118.446)
Atualizações monetárias e cambiais	(61.893)	(39.909)	(84.515)	(51.599)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	5.216
Juros sobre contratos de mútuo	(302.611)	(118.661)	(290.912)	(115.636)
Atualização de débitos fiscais	(1.163)	(6.267)	(1.768)	(7.112)
Ajuste a valor presente	(3.817)	(3.705)	(13.221)	(13.374)
Comissoes, encargos e tarifas bancarias	(2.497)	(2.601)	(11.031)	(8.244)
Despesa decorrente de liquidações CCEE	-	(5)	-	(9.450)
Outros	(8.152)	(32)	(30.864)	(419)
Total	(504.505)	(258.917)	(589.969)	(319.064)
Resultado financeiro	(461.854)	(232.873)	(453.969)	(242.047)

As rubricas de despesas com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos de perda com instrumentos derivativos no montante de R\$ 51.575 em 31 de dezembro de 2022 (ganho R\$ 14.432 em 31 de dezembro de 2021) vide nota 31 b).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23, (R\$ 5.216 em 31 de dezembro de 2021).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.355.825, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.

Ativo

Mútuo com controladas e coligadas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
SPE Bio Alvorada Ltda.	20.446	20.608
SPE Bio Coopcana Ltda.	16.959	19.115
Ventos de Santo Dimas Ltda.	-	4.108
São Benedito Energias Ltda.	-	5.233
Mata Velha Energética Ltda.	5.173	6.209
São Domingos Energias Ltda.	-	3.572
Santa Úrsula Energias Ltda.	-	9.370
Santa Mônica Energias Ltda.	-	3.886
SPE Salto Góes Ltda.	-	1.075
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	-	6.090
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	-	1.735
Ventos de São Martinho Ltda.	-	3.527
Campo dos Ventos II Ltda.	-	3.107
SPE Varginha Energia Ltda.	-	1.842
Energética Novo Horizonte Ltda.	1.361	2.382
SPE Turbina 17 Energ S.A.	9.648	-
Total	53.587	91.858
Circulante	-	-
Não Circulante	53.587	91.858

Passivo

Mútuo com controladas e coligadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
State Grid Power Participações S.A.	2.355.825	2.116.304	2.355.825	2.116.304
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	55.132	83.062	-	-
SPE Alto Irani S.A.	18.784	55.576	-	-
SPE Plano Alto Energia S.A.	21.877	31.575	-	-
CPFL Comercial Brasil SA	-	-	-	9.447
TI NECT Serv.Inform. LTDA	-	-	14.581	15.340
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	9.702	69.176
Total	2.451.617	2.286.517	2.380.108	2.210.267
Circulante	55.132	-	24.283	93.962
Não Circulante	2.396.485	2.286.517	2.355.825	2.116.305

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 4.804 (R\$ 2.028 em 2021), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	DESPESA	
	2022	2021
Contribuições Instituto		
Instituto CPFL	(458)	-
Compra e venda de energia e encargos		
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	12.283	11.550
Araraquara Transmissora de Energia S.A.		
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia	77	74
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	20	17
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	2.052	1.924
Catxere Transmissora de Energia S.A.	201	189
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	191	181
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	453	376
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	175	151
Iracema Transmissora de Energia S.A.	323	900
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	87	83
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	574	680
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	169	142
Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A.	15	13
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.		
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	19	17
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	715	653
Paranaita Ribeirãozinho Transmissora de Energia S	471	444
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	1.277	1.204
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	136	125
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	305	340
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	123	112
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	414	411
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	122	111
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.	4.237	3.878

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Alocação de despesas (a)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	2	-	27	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	19	3	11	-	-	-	773	75
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	50	27
CPFL Geração Energia S.A.	377	305	-	923	-	-	(4.040)	2.721
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	1	5	-	-	-	-
CPFL Atende Cent.Cont. At	6	7	-	-	-	-	(82)	80
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	2	-	-	-	-	(20)	20
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	2	2	-	-	-	-	(20)	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	2	2	-	-	-	-	(20)	20
CPFL Total Serv. Adm.	11	20	62	-	-	-	(82)	80
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	2	2	-	-	-	-	(20)	20
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	253	-	-	-	-	-	(1.517)	-
Adiantamentos (d)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	44.517	47.081	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	4.543	3.122	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	5.485	3.985	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	938	640	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	2.802	1.920	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos (c)								
CPFL Geração Energia S.A.	-	5.436	-	-	-	535	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	42.015	40.471	-	-	621.706	565.329	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	22.027	34.215	500	356	243.454	207.377	6.536	1.319
Companhia Piratininga de Força e Luz	12.755	20.348	-	-	132.383	112.276	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	390	3.124	-	-	1.768	9.440	1.980	494
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	0	2
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	507	816	13	12	4.414	4.442	139	32
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	9	2
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	11	3
CPFL Transmissão Maracanaú S.A.	-	-	-	-	-	-	3	-
CPFL Trans de Ener Sul II	-	-	-	-	-	-	8	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	-	-	-	-	-	1.453	-
Imobilizado, materiais e prestação de serviços (e)								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	17	18
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	3	-	1	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	1	1	-	-	-	-	2	2
CPFL Geração Energia S.A.	1.094	249	-	-	-	-	(2.952)	652
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	589	493	-	-	2.538	11.095
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	53	744	-	-	667	661
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	93	1.684	-	-	1.274	1.304
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	766	12.854	-	-	9.658	8.767
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	162	32	-	-	401	190
CPFL Transm. Piracicaba SA	-	-	-	-	-	-	(2)	-
CPFL Transm. Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	(2)	-
CPFL Trans Maracanaú	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	455	-	-	749	221
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	84	-	-	310	92
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(950)	11
Mútuo (b)								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	9.702	69.176	-	-	3.779	3.004
State Grid Brazil	-	-	2.355.825	2.116.304	-	-	346	111.647
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	9.447	-	-	1.714	375
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	14.581	15.339	-	-	-	609
Outros								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	97.011	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	57	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	43	-	-	-

(30) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco	1.659.000	1.676.000
Transporte	Transporte nacional	26.616	26.615
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	-	-
Automóveis	Cobertura para terceiros	-	-
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	155.674	100.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	162.673	140.205
Garantia	Seguro Garantia	994.598	844.890
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
Total		3.148.560	2.937.710

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração da CPFL Energia no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo *do Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a a Companhia têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	105.317	105.317	505.371	505.371
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	1.121	1.121	208.886	208.886
Derivativos	31	(a)	Nível 2	15.908	15.908	15.908	15.908
Total				122.346	122.346	730.165	730.165
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	335.228	335.092	678.894	710.127
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	437.771	437.771	437.771	437.771
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	164.556	164.333	164.556	164.333
Derivativos		(a)	Nível 2	9.955	9.955	9.955	9.955
Total				947.510	947.151	1.291.176	1.322.186

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 1.005 em 31 de dezembro de 2022 (ganho de R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	15.908	(9.955)	5.953	25.202	(19.249)	US\$ + de 2,07% a 2,57%	CDI + 0,8% a 1,05%	fev/23 a fev/25	414.000
Total	15.908	(9.955)	5.953	25.202	(19.249)				
Circulante	-	-							
Não circulante	15.908	(9.955)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	34.665	(34.268)	24.805	25.202
Marcação a mercado (*)	(1.941)	(17.308)	-	(19.249)
Total	32.724	(51.576)	24.805	5.953

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 17.308 (R\$ 4.577 em 31 de dezembro de 2021), para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Empresa	Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
		2022	2021
CPFL Energias Renováveis S.A.	Variação cambial	(34.268)	19.248
CPFL Energias Renováveis S.A.	Marcação a mercado	(17.307)	(4.816)
		(51.575)	14.432

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(437.771)		(34.654)	(152.760)	(270.867)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	442.342		35.016	154.355	273.695
	4.571	baixa dolar	362	1.595	2.828
Total	4.571		362	1.595	2.828
Efeitos no resultado do exercício			362	1.595	2.828

(a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,58 para o dólar.

- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.– Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,17 e a depreciação cambial de 10,52%, referente ao dólar em 31 de dezembro de 2022.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	744.428				103.699	129.623	155.548
Instrumentos financeiros passivos	(4.980.011)				(693.716)	(867.144)	(1.040.573)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(436.389)				(60.789)	(75.986)	(91.183)
	(4.671.973)	alta CDI	13,65%	13,93%	(650.806)	(813.507)	(976.208)
Instrumentos financeiros passivos	(13.252)				(840)	(1.050)	(1.260)
	(13.252)	alta IGP-M	5,45%	6,34%	(840)	(1.050)	(1.260)
Instrumentos financeiros passivos	(379.363)				(27.959)	(34.949)	(41.939)
	(379.363)	alta TJLP	6,78%	7,37%	(27.959)	(34.949)	(41.939)
Instrumentos financeiros passivos	(234.416)				(15.448)	(19.310)	(23.172)
	(234.416)	alta IPCA	5,79%	6,59%	(15.448)	(19.310)	(23.172)
Total	(5.299.004)				(695.053)	(868.816)	(1.042.579)
Efeitos no resultado do exercício					(695.053)	(868.816)	(1.042.579)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 –Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na

contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID - 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	67.947	84.263	-	38.249	-	-	190.459
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	47.510	74.460	129.804	648.872	231.362	458.339	1.590.347
Derivativos		-	-	-	9.955	-	-	9.955
Debêntures - principal e encargos	17	-	-	185.854	-	-	-	185.854
Taxas regulamentares		22.666	-	-	-	-	-	22.666
Outros	20	2.234	-	-	-	-	-	2.234
Consumidores e concessionárias		2.228	-	-	-	-	-	2.228
EPE / FNDCT		6	-	-	-	-	-	6
Total		140.357	158.724	315.658	697.076	231.362	458.339	2.001.515

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 e exercício de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transferência entre outros créditos e fornecedores	-	-	-	25.580
Transferência entre outros créditos e cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	295	-
Transferência entre dividendos a receber e outras contas a pagar	6.383	-	-	-
Transferência entre depósitos judiciais e contingências	-	-	461	-
Transferência entre investimento e intangível	9.967	-	-	-
Transferência entre imobilizado e intangível	-	1.877	2.124	1.877
Transferência entre entidade de previdência privada e outras obrigações	1.174	-	870	1.640
Transferência entre entidade de previdência privada e outros resultados abrangentes	9.750	-	9.795	4.829
Provisão para perdas com investimentos em controladas	-	41	-	-
Dividendos deliberados a receber de controladas	916.348	640.932	27.033	24.185
Dividendos propostos a pagar para acionistas não controladores	-	-	25.060	20.959
Dividendos propostos a pagar para controladoras	1.270.262	1.599.441	1.270.262	1.599.441
Reversão dividendos deliberados para aumento de reforço de capital de giro	-	318	-	318
Reversão dividendos deliberados para aumento de capital em controladas	769	10.200	828	989
Reversão dividendos deliberados para amortização de empréstimos a pessoa física	2.166	2.306	2.166	2.306
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	3.714	4.250	22.437	70.507
Aumento de recebíveis com AFAC de controladora	35	723	-	-
Aumento de capital em controladas com AFAC de controladora	38.492	529.665	-	-
Aumento de capital em controladas com AFAC de acionistas não controladores	-	-	35	723

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	30 anos	147.566	340.298	396.504	6.586.641	7.471.008
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	25 anos	14.028	30.167	30.951	167.640	242.786
Projetos de construção de usina	12 anos	17.631	35.262	31.318	72.442	156.653
Fornecedores de materiais e serviços	12 anos	113.761	227.555	222.328	480.724	1.044.368
Total		292.986	633.282	681.101	7.307.447	8.914.816

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados.

(35) EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários da Companhia (vide nota 18.1). O percentual de conversão consolidado foi de 9% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pelas controladas.

35.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e
Solar

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

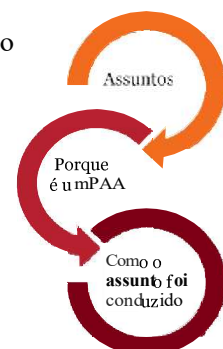
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energias Renováveis S.A. e da CPFL Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na forma de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





CPFL Energias Renováveis S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 7,431.469 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido *impairment*. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

A Administração efetuou, em 2022, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indicadores de perdas por *impairment* para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela Administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de *income approach*. Não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela Administração nas demonstrações financeiras.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a Administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da Administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicadores de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela Administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.



CPFL Energias Renovaveis S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



CPFL Energias Renovaveis S.A.

Os responsaveis pela governan;a da Companhia e suas controladas sao aqueles com responsabilidade pela supervisao do processo de elabora9ao das demonstra96es financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra-;oes financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos sao obter seguran<a razoavel de que as demonstra96es financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estao livres de distor9ao relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relat6rio de auditoria contendo nossa opiniao. Seguran<a razoavel e um alto nivel de seguran9a, mas nao uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor<oes relevantes existentes. As distor<oes podem ser decorrentes de fraude ou erro e sao consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoavel, as decisoes economicas dos usuarios tomadas com base nas referidas demonstra<oes financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Alem disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor9ao relevante nas demonstra<oes financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opiniao. O risco de nao detec9ao de distor9ao relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, ja que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica9ao, omissao ou representa96es falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstancias, mas nao com o objetivo de expressarmos opiniao sobre a eficacia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequa9ao das politicas contabeis utilizadas ea razoabilidade das estimativas contabeis e respectivas divulga96es feitas pela administra9ao.
- Concluimos sobre a adequa9ao do uso, pela administra<ao, da base contabil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela9ao a eventos ou condi96es que possam levantar duvida significativa em rela9ao a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten9ao em nosso relat6rio de auditoria para as respectivas divulga96es nas demonstra96es financeiras individuais e consolidadas ou incluir modifica9ao em nossa opiniao, se as divulga96es forem inadequadas. Nossas conclusoes estao fundamentadas nas evidencias de auditoria obtidas ate a data de nosso relat6rio. Todavia, eventos ou condi96es futuras podem levar a Companhia a nao mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta9ao geral, a estrutura e o conteudo das demonstra96es financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulga<oes e se essas demonstra<oes financeiras representam as correspondentes transa<oes e os eventos de maneira compativel com o objetivo de apresenta9ao adequada.
- Obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente referente as informa<oes financeiras das entidades ou atividades de neg6cio do grupo para expressar uma opiniao sobre as demonstra96es financeiras individuais e consolidadas. Somos responsaveis pela dire9ao, supervisao e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opiniao de auditoria.



CPFL Energias Renovaveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsaveis pela governarn;a a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da epoca dos trabalhos de auditoria planejados e das constata<;oes significativas de auditoria, inclusive as deficiencias significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos tambem aos responsaveis pela governan<;a declara<;ao de que cumprimos com as exigencias eticas relevantes, incluindo os requisitos aplicaveis de independencia, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independencia, incluindo, quando aplicavel, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunica<;ao com os responsaveis pela governan<;a, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstra<;oes financeiras do exercicio corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relat6rio de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulga<;ao publica do assunto, ou quando, em circunstancias extremamente raras, determinarmos que o assunto nao deve ser comunicado em nosso relat6rio porque as consequencias adversas de tal comunica<;ao podem, dentro de uma perspectiva razoavel, superar os beneficios da comunica<;ao para o interesse publico.

Campinas, 15 de mar<;o de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA-78278562504
CPF: 78278562504
Signer Role: Partner
Signing Time: 15 de março de 2023 | 21:15 BRT

 **Adriano Formosinho Correia**
Contador CRC 1BA029904/O-5



DECLARAC;AO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos Ve VI do artigo 25 da Instruc;ao CVM n° 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instruc;ao CVM n° 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renovaveis S.A., sociedade par ac;oes de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Correa, n° 1.632, Jardim Professora Tarcilia, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob n° 08.439.659/0001-50, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opinioes expressas no a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the relativamente as demonstrac;oes contabeis da CPFL Energias Renovaveis S.A., of December 31, Renovaveis S.A., de 31 de dezembro de 2022;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrac;oes contabeis b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial da CPFL Energias Renovaveis S.A., de 31 de dezembro de 2022. statements of CPFL Energias Renovaveis S.A., of December 31, 2022;</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renovaveis S.A., a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Correa, n° 1.632, Jardim Professora Tarcilia, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Energias Renovaveis S.A., of December 31, 2022;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energias Renovaveis S.A., of December 31, 2022;</p>
<p>Campinas, 15 de marco, de 2023.</p>	<p>Campinas, March 15, 2023.</p>

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Servicos Contabeis
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

YuehuiPan
Diretor Financeiro e de Relac;oes com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

Xinlian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02

CPFL Energias Renováveis S.A.

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

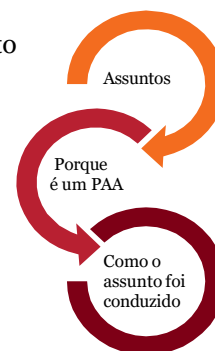
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CPFL Energias Renováveis S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (Nota 9.3)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 1.692.263 mil, referente a ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios, os quais se referem, substancialmente, ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinação de negócios. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido *impairment*. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

A Administração efetuou, em 2022, a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios devido a existência de indicadores de perdas por *impairment* para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de *income approach*. Não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicadores de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Porque é um PAA

dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações contábeis regulatórias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de março de 2023.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de abril de 2022, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.5, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assegurar sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2021 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



CPFL Energias Renováveis S.A.

contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

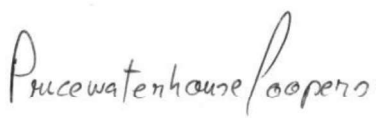
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 28 April 2023 | 17:59 BRT



Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2022**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

A CPFL Renováveis atua no segmento de geração de energia elétrica, focada nos empreendimentos de energia renovável do grupo CPFL Energia. A capacidade instalada da CPFL Renováveis e suas controladas é de 3.064 MW em operação, além de um projeto em construção, a PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

Em 2021, a CPFL Renováveis cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Neste relatório, os números de determinados projetos da CPFL Renováveis não serão considerados por tratar apenas de autorizações de exploração, e não de concessões ou permissões¹.

¹ Os empreendimentos da CPFL Renováveis, em sua maioria, operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica. As empresas Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., subsidiárias da CPFL Renováveis, figuram como concessionárias de serviço público e, portanto, divulgam suas próprias Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Desempenho Operacional

Em 31/12/2022, a CPFL Renováveis detinha **851,6 MW** de potência instalada em operação, dos quais **679,1 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **172,5 MW** por meio da participação proporcional na SPE, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	1.297	645		679	337		
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	18,1	5,8	100,0%	18,1	5,8	01/01/1925	31/12/2042
CGH Santa Alice	0,6	0,4	100,0%	0,6	0,4	01/01/1907	Indeterminado*
CGH Lavrinha	0,3	0,2	100,0%	0,3	0,2	01/01/1947	Indeterminado*
CGH São José	0,8	0,2	100,0%	0,8	0,2	01/01/1934	Indeterminado*
CGH Turvinho	0,8	0,3	100,0%	0,8	0,3	01/01/1912	Indeterminado*
CGH São Sebastião	0,7	0,5	100,0%	0,7	0,5	01/01/1925	Indeterminado*
CGH Pinheirinho	0,6	0,5	100,0%	0,7	0,5	01/01/1911	Indeterminado*
UHE Serra da Mesa ¹	1.275,0	637,5	51,5%	657,1	328,6	30/04/1998	10/05/2046
UHE Cariobinha ²	-	-	100,0%	-	-	01/01/1936	19/11/2027
UTE Carioba (OCA 2) ³	-	-	100,0%	-	-	01/01/1954	19/11/2027
UHE Macaco Branco ⁴	-	-	100,0%	-	-	01/01/1911	31/12/2042
Sociedade de Propósito Específico	690	373		173	93		
UHE Barra Grande	690,0	372,8	25,0%	172,5	93,2	01/11/2005	05/11/2040
Total	1.987	1.018		852	430		

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.
- 2) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.
- 4) A Usina Macaco Branco foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), sendo autorizado o completo afogamento da Usina, implicando no encerramento de sua operação, conforme determina o Decreto nº 60.141 de 11/02/2014 do Estado de São Paulo. A usina está fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme o Despacho nº 569 de 2021.

* Potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas serem registrados junto à ANEEL.

A Companhia possui 1 projeto em construção: PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

A garantia física - considerando a participação da CPFL em cada projeto - é de **3.764,4 GWh/ano** em 2021, conforme quadro a seguir:

Garantia Física

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Controladora						
Integral e Compartilhada	2.948	2.948	2.804	2.804	2.804	2.804
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	50,72	50,72	50,72	50,72	50,72	50,72
UHE Serra da Mesa ²	2.878,25	2.878,25	2.734,68	2.734,68	2.734,68	2.734,68
CGH Santa Alice	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59
CGH Lavrinha	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
CGH São José	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08
CGH Turvinho	2,19	2,19	2,19	2,19	2,19	2,19
CGH São Sebastião	4,64	4,64	4,64	4,64	4,64	4,64
CGH Pinheirinho	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20
Não Controladora						
Sociedade de Propósito Específico	817	817	780	780	780	780
UHE Barra Grande	816,62	816,62	779,82	779,82	779,82	779,82
Consolidado	3.764	3.764	3.584	3.584	3.584	3.584

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016;
- 2) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95;
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Em **31/12/2022**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio de contratos no ACR (Ambiente de Contratação Regulado), o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2023	Preço no ACR em 1º/jan/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
UHE Macaco Branco ¹			
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 10.770.981,25 (REH 3068/2022)	IPCA em 1º/Jul
UHE Cariobinha ¹			
UHE Serra da Mesa ²			
UTE Carioba (OCA 2) ³			
CGH Santa Alice	Em 01/06/2019, a Central Geradora Santa Alice passou a ser explorada como Geração Distribuída, sendo desde então remunerada por meio de contrato de arrendamento (10 anos) para o consumidor final da energia produzida.		
CGH Lavrinha			
CGH São José			
CGH Turvinho	A energia gerada destes empreendimentos é negociada em operações no Mercado de Curto Prazo.		
CGH São Sebastião			
CGH Pinheirinho			
Sociedade de Propósito Específico			
UHE Barra Grande		100% dos contratos são ACL	

- 1) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016;
- 2) A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028;
- 3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Renováveis em base da controladora, sendo a Usina Hidroelétrica (UHE) de Serra da Mesa o principal ativo do portfólio.

1) Teto da Casa de Força

Toda a estrutura civil da Casa de Máquinas da Usina Serra da Mesa foi construída através de escavação em rocha, inclusive a área onde se encontra o piso dos geradores.

Para evitar que fragmentos de rochas venham a se deslocar do teto e atinjam os equipamentos e pessoas no interior do piso do gerador, na época da construção da Usina, foi instalada uma tela de proteção ao longo do teto.

Durante inspeção verificou-se que esta tela de proteção e contenção, assim como os chumbadores utilizados para sua fixação estão deteriorados e necessitam ser substituídos.

Assim sendo, tornou-se necessária a contratação de uma empresa especializada para fornecimento de serviços e materiais para construção de acessos e reparos em todo o sistema de estabilização incluindo telas, chumbadores e demais materiais do teto da casa de força da Usina Serra da Mesa.

2) Reforma da calha natural do vertedouro

Durante inspeção no vertedouro da Usina Serra da Mesa constatou-se um possível processo erosivo a jusante da sua calha de vertimentos.

Para garantir a continuidade de segurança do vertedouro, Furnas está elaborando um projeto executivo e contratando uma empresa para a construção de uma laje à jusante do vertedouro. Essa laje deverá cobrir o biotitito com concreto até a grande erosão, e preencher sua parede de montante com concreto.

Essas ações visam garantir às condições mínimas de segurança operativa da estrutura do Vertedouro, em condições de operação normal e em situação de descarga máxima, bem como do Canal de Restituição do Vertedouro

3) Reforma do Sistema de proteção contra Incêndio do Gerador

A Usina Serra da Mesa possui um sistema automático de alarme e detecção de incêndio na parte interna dos geradores com acionamento e injeção de gás CO₂.

Esse sistema é composto de Painéis elétricos de controle, Sensores de fumaça, Indicadores visuais e sonoros, Válvulas e atuadores, dois conjuntos de cilindros de gás CO₂ contendo 130 cilindros de 45 Kg cada e tubulações diversas.

Todo o conjunto foi instalado há mais de 20 anos e vários dos seus componentes encontram-se obsoletos e sem reposição de peças sobressalentes.

Assim sendo, tornou-se necessária a contratação de uma empresa especializada para fornecimento de serviços e materiais para a reforma dos seus principais componentes a fim de prolongar a sua vida útil e manter a confiabilidade operativa da Usina.

4) Substituição das bombas para esvaziamento do poço da turbina

As bombas do sistema de esvaziamento das Unidades Geradoras da Usina Serra da Mesa encontram-se em final de vida útil e por isso foram substituídas.

5) Substituição das válvulas do sistema de drenagem

As válvulas do sistema de esvaziamento do sistema de drenagem da Usina Serra da Mesa estão em final de vida útil e apresentam falhas constantes causando excesso de água no poço de drenagem e golpes de pressão na tubulação das bombas e por isso necessitaram ser substituídas.

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2021, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) Gestão de RH – Fase I (ii); LGPD – Fase II; e (iii) REN-ZEPHYUS - Climatologia.

Desempenho Econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2022, a receita operacional líquida da CPFL Renováveis atingiu **R\$ 1.677 milhões**, comparado a **R\$ 1.548 milhões** em 2021, um aumento de **8,3% (R\$ 129 milhões)**.

Os gastos operacionais totalizaram **R\$ 232 milhões**, comparado a **R\$ 267 milhões** em 2021, uma redução de **13,2% (R\$ 35 milhões)**.

Os custos gerenciáveis totalizaram **R\$ 273 milhões** em 2022, **0,8% (R\$ 2 milhões)** inferior em relação a 2021, quando totalizaram **R\$ 275 milhões**.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 1.345 milhões** em 2022, **14,4% (R\$ 169 milhões)** superior em relação a 2021, que foi de **R\$ 1.176 milhões**. O EBITDA calculado para efeitos regulatórios, não contempla os efeitos do resultado de participações societárias (equivalência patrimonial).

Em 2022, o resultado líquido foi de **R\$ 1.284 milhões**, uma redução de **13,9% (R\$ 207 milhões)** comparado aos **R\$ 1.491 milhões** registrados em 2021.

Investimentos: Em 2022, foram investidos **R\$ 253 milhões**, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção dos parques eólicos.

Captações de recursos: Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Energias Renováveis utilizou recursos de financiamentos via BNDES (R\$ 60 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4131 (R\$ 294 milhões).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, foi aprovada a declaração de dividendo adicional proposto de R\$ 613.448 mil, referente ao exercício de 2021.

A Companhia está propondo, para o exercício de 2022, o montante de R\$ 656.814 mil de dividendo intercalares propostos, a serem deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios, e R\$ 597.812 mil de dividendo adicional proposto.

Em 2022, a Companhia efetuou pagamento R\$ 613.448 mil de dividendos.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da CPFL Renováveis era de R\$ 4.032.292 mil, composto por 593.782.504 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Planejamento Empresarial:

Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

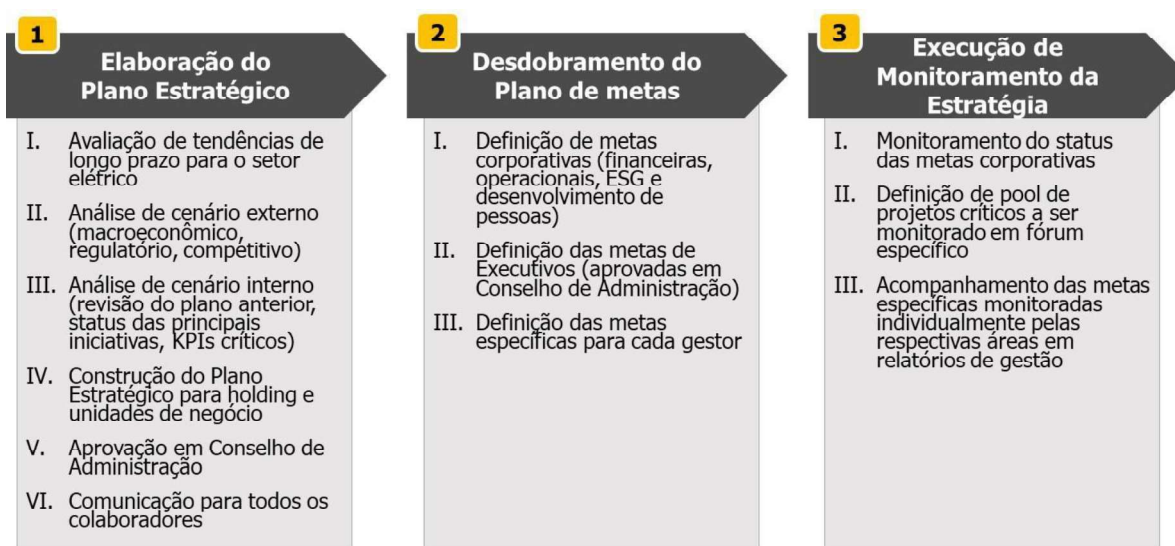
O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos;

- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de data analytics, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (Balanced ScoreCard), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Recursos humanos: Em 2022 a CPFL Renováveis investiu cerca de 1,4 milhões de reais em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2022, tivemos **mais de 5 mil participações** em treinamentos, com pelo menos **11 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade: A CPFL Renováveis mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 23 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/institucional/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Renováveis em Números

Financeiros	2022	2021	Var.	Var. %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.850.220	1.708.320	141.900	8,3%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.677.442	1.548.287	129.155	8,3%
Margem operacional do serviço líquida (%)	69,9%	65,0%		
EBITDA OU LAJIDA	1.345.129	1.175.877	169.252	14,4%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.283.968	1.490.829	- 206.861	-13,9%
Lucro líquido por lote de mil ações	1.284	1.487	- 203	-13,6%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	5.470.912	5.411.914	58.998	1,1%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	23,5%	27,5%	-	-

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Renováveis. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Renováveis.

Campinas, 27 de abril de 2023.

A Administração

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
ATIVO.....	13
PASSIVO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	16
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	18
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	19
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	26
(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	29
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	32
(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	33
(6) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	34
(7) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SER. PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	36
(8) IMOBILIZADO	38
(9) INTANGÍVEL	41
(10) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	43
(11) DEBÊNTURES	45
(12) PROVISÕES	46
(13) RECEITA / INGRESSO	49
(14) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	49
(15) PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	50
(16) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIM. E DEMONST. DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	51
(17) EVENTOS SUBSEQUENTES	53

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		105.317	35.099
Títulos e valores mobiliários		1.121	18.610
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	231.966	198.541
Dividendos		24.945	79.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar		6.985	19.952
Outros tributos a compensar		27.941	38.928
Outros ativos		<u>80.591</u>	<u>60.609</u>
Total do circulante		478.867	451.638
Ativo Não Circulante			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	6.694	9.503
Coligadas controladas e controladora		53.587	91.858
Tributos a compensar		44.640	39.784
Depósitos Judiciais e Cauções	12	2.833	2.765
Derivativos		15.908	32.724
Tributos Diferidos	6	331.796	279.134
Aumento para futuro aumento de capital		61.250	37.142
Arrendamentos		1.167	-
Outros Ativos Não Circulantes		35.812	36.328
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7	6.849.056	7.242.674
Participações Societárias Permanentes		5.605.067	5.906.165
Propriedade para investimento - Bens de Renda		370.699	396.076
Ágio de incorporação		873.290	940.433
Imobilizado	8	798.559	786.818
Intangível	9	<u>729.830</u>	<u>803.351</u>
Total do não circulante		8.931.132	9.362.080
Total do Ativo		<u>9.409.999</u>	<u>9.813.718</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		65.099	131.301
Empréstimos e Financiamentos	10	107.431	59.621
Debêntures	11	164.555	810.994
Obrigações Sociais e Trabalhistas		29.491	26.337
Benefício Pós-Emprego		9.191	7.786
Tributos		150.665	124.076
Encargos Setoriais		22.263	22.436
Adiantamentos		141.408	30.530
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	10	55.740	-
Outros Passivos Circulantes		26.266	19.670
		3.166.978	3.169.053
Passivo Não Circulante			
Fornecedores		7.007	-
Empréstimos e Financiamentos	10	665.569	424.796
Debêntures	11	-	357.519
Provisões	12	54.107	53.538
Tributos Diferidos		-	-
Entidade de previdência privada		24.707	39.896
Instrumentos Financeiros Derivativos		9.955	-
Adiantamentos		446	604
Tributos a recolher		5.322	5.139
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	10	2.397.324	2.286.517
Outros Passivos Não Circulantes		2.541	1.045
Total do Passivo		3.939.088	4.401.804
Patrimônio Líquido			
Capital Social		4.032.292	4.032.292
Reservas de Capital		588.778	588.009
Outros Resultados Abrangentes		(47.636)	(54.101)
Reservas de Lucros		897.478	845.714
Total do Patrimônio Líquido		5.470.912	5.411.914
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		9.409.999	9.813.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 13.326.039/0001-45
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Receita / Ingresso	13	1.852.815	1.708.321
Disponibilização do sistema de transmissão			
Suprimento de Energia Elétrica		1.842.164	1.665.505
Energia Elétrica de Curto Prazo		8.056	42.816
Outras Receitas Vinculadas		2.595	-
Tributos	13	(171.385)	(158.082)
PIS-PASEP		(30.571)	(28.198)
COFINS		(140.814)	(129.884)
Encargos - Parcela "A"	13	(1.393)	(1.951)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(101)	(90)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.117)	(1.770)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(175)	(91)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		1.680.037	1.548.287
Gastos Operacionais	14	(231.999)	(267.294)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(198.023)	(237.587)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(33.976)	(29.707)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		1.448.038	1.280.993
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(275.175)	(274.780)
Pessoal e Administradores	15	(43.109)	(42.979)
Entidade de Previdência Privada		(3.704)	(4.031)
Material		(11.055)	(15.742)
Serviços de Terceiros		(26.332)	(28.538)
Arrendamento e Aluguéis		(2.357)	(3.342)
Seguros		(3.850)	(2.461)
Provisões		(5.634)	(5.633)
Tributos		(63)	(50)
Depreciação e Amortização		(172.264)	(169.665)
Depreciação		(99.795)	(105.234)
Amortização		(72.470)	(64.431)
Gastos Diversos		(6.807)	(2.340)
Resultado da Atividade		1.172.864	1.006.213
Equivalência Patrimonial		712.169	707.007
Resultado Financeiro		(461.853)	(232.734)
Receitas Financeiras		42.652	26.044
Despesas Financeiras		(504.505)	(258.778)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		1.423.180	1.480.486
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(139.212)	10.343
Resultado Líquido do Exercício		1.283.968	1.490.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado Líquido do Exercício	1.283.968	1.490.829
Outros Resultados Abrangentes		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial Líquida dos Impostos	6.465	3.187
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	6.465	3.187
Total de Resultados Abrangentes do Exercício	<u>1.290.434</u>	<u>1.494.016</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros				Dividendo		Resultado Abrangente Acumulado		
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Adicional Proposto	Perdas atuariais	Lucro (Prejuízo) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	4.032.292	590.379	50.869	39.329	116.120	748.303	(57.288)	-	5.520.002
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	3.187	1.486.597	1.489.784
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.486.597	1.486.597
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	3.187	-	3.187
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	73.160	592	-	(318)	-	(69.497)	3.937
Constituição de reserva legal	-	-	73.160	-	-	-	-	(73.160)	-
Reversão de dividendos adicionais propostos não aprovados de exercício anterior para reforço de capital de giro	-	-	-	318	-	(318)	-	-	-
Reversão de reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório	-	-	-	(7.883)	-	-	-	7.883	-
Constituição de prejuízo regulatório após destinação societária	-	-	-	8.157	-	-	-	(4.220)	3.937
Transações de capital com os acionistas	-	(2.370)	-	(47.804)	-	(134.537)	-	(1.417.100)	(1.601.811)
Alteração em participação sem alteração no controle	-	(2.370)	-	-	-	-	-	-	(2.370)
Dividendos adicionais com reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	(47.804)	-	-	-	-	(47.804)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(439.152)	(439.152)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(364.500)	(364.500)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	-	(747.985)	-	-	(747.985)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	613.448	-	(613.448)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	4.032.292	588.009	124.029	(7.883)	116.120	613.448	(54.101)	-	5.411.914
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	6.465	1.292.264	1.298.729
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.292.264	1.292.264
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	6.465	-	6.465
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	64.613	2.787	-	-	-	(37.639)	29.761
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	40.870	40.870
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(13.896)	(13.896)
Constituição de reserva legal	-	-	64.613	-	-	-	-	(64.613)	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	2.787	-	-	-	-	2.787
Transações de capital com os acionistas	-	769	-	-	-	(15.636)	-	(1.254,626)	(1.269,493)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	769	-	-	-	(613,448)	-	-	(613,448)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	769
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(597,812)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(656,814)	(656,814)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4.032.292	588.778	188.642	(5.096)	116.120	597.812	(47.636)	-	5.470.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Regulatório	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos	1.423.180	1.480.486
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	172.265	169.665
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	248	2.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	558	2
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	448.522	244.675
Despesa com entidade de previdência privada	3.704	4.031
Resultado de participações societárias	(712.170)	(707.147)
Perda na baixa de ativo não circulante	4.696	13.676
Outras Receitas Vinculadas	2.595	1.684
Outros	(2.595)	(1.684)
	1.341.003	1.207.963
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(31.173)	62.040
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	981.633	636.940
Tributos a compensar	(31.710)	(149.157)
Depósitos judiciais	178	(417)
Adiantamentos de fornecedores	(1.187)	(190)
Outros ativos operacionais	(17.239)	36.305
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(66.203)	(10.950)
Outros tributos e contribuições sociais	(18.444)	86.214
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(8.866)	(5.609)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(170)	(512)
Adiantamentos de clientes	110.697	(67.693)
Outros passivos operacionais	6.235	(3.494)
Caixa líquido gerado pelas operações	2.264.754	1.791.440
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(135.136)	(77.268)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(146.993)	(109.221)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.982.625	1.604.951
Atividades de investimentos		
Redução de capital em subsidiárias	247.360	212.867
Aquisições de imobilizado	(94.510)	(92.792)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(1.121)	(19.248)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	18.610	7.006
Adições de Intangível	(9.450)	(12.244)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(62.600)	(37.893)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(10.483)	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	55.622	152.998
Outros	-	2.319
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	143.428	213.013
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	354.000	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.066.453)	(237.836)
Liquidação de operações com derivativos	(24.805)	70.026
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.268.096)	(1.787.658)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(50.481)	(6.261)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(2.055.835)	(1.961.729)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	70.218	(143.765)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.099	178.865
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	105.317	35.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- d) A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

Empreendimentos da Companhia	Capacidade de energia instalada (MW)	Data inicio operação	Prazo Concessão
Praia Formosa	105,0	jun-02	30 anos
Icaraizinho	54,6	ago-02	30 anos
Enacel	31,5	nov-02	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	dez-02	30 anos
Taíba Albatroz	16,5	dez-02	30 anos
Bons Ventos	50,0	mar-03	30 anos
Total	314,6		

Além dos empreendimentos acima, a Companhia detém:

- concessão que se encerrará em 2042, prazo final da outorga da usina hidrelétrica (“UHE”) Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogada;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW, sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de registro iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de registro iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em

operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

<u>Localidade</u> <u>Empreendimento</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação</u> <u>societária</u>	<u>Capacidade de</u> <u>energia instalada</u> <u>(MW)</u>	<u>Data inicio</u> <u>operação</u>	<u>Prazo</u> <u>Concessão</u>
Minas Gerais					
SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	dez-99	30 anos
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2")	Sociedade limitada	Direta 100%	29,9	nov-15	35 anos
SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	dez-99	30 anos
SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,0	jan-00	30 anos
Mata Velha Energética Ltda. ("Mata Velha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	24,0	mai-02	30 anos
SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	dez-99	30 anos
SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol")	Sociedade limitada	Indireta 100%	20,0	ago-02	30 anos
SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	11,0	jan-00	30 anos
SPE Varginha Energia Ltda. ("Varginha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	9,0	dez-99	30 anos
SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre")	Sociedade limitada	Indireta 100%	7,5	dez-99	30 anos
Mato Grosso e Rio Grande do Sul					
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(*)	(*)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	mai-04	30 anos

Paraná						
Energética Novo Horizonte Ltda ("Novo Horizonte")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	nov-02	30 anos	
Santa Catarina						
SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	out-02	30 anos	
SPE Arvoredo Energia Ltda. ("Arvoredo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	13,0	nov-02	30 anos	
Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	dez-02	30 anos	
SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	nov-02	30 anos	
SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes")	Sociedade limitada	Direta 100%	20,0	ago-10	30 anos	
Santa Luzia Energética Ltda. ("Santa Luzia")	Sociedade limitada	Direta 100%	28,5	dez-07	35 anos	
São Paulo						
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	38,1			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (**)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5			
Total			453,1			

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujos registros tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

(**) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

Adicionalmente a Companhia possui os seguintes empreendimentos em fase de desenvolvimento e construção:

i) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

ii) SPE Santa Luzia Alto está em fase de desenvolvimento, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW.

1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação com capacidade instalada total de 1.075,6 MW:

<u>Localidade</u> <u>Empreendimento</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação</u> <u>societária</u>	<u>Capacidade</u> <u>de energia</u> <u>instalada (MW)</u>	<u>Data inicio</u> <u>operação</u>	<u>Prazo</u> <u>Concessão</u>
<u>Palmares do Sul (RS)</u>					
Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	fev-11	35 anos
Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	mar-11	35 anos
<u>Aracati (CE)</u>					
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Rosa dos Ventos") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	13,7	jun-02	30 anos
<u>Itarema (CE)</u>					
Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	ago-14	35 anos
Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade limitada	Direta 100%	23,1	jul-14	35 anos
<u>Outras localidades (CE)</u>					
Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("SIIF Cinco")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	jun-02	30 anos
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Paracuru")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	ago-02	30 anos
<u>Touros (RN)</u>					
SPE Costa das Dunas Energia S.A ("Costa das Dunas)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	28,4	jan-19	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	abr-14	30 anos
Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Úrsula")	Sociedade limitada	Indireta 100%	27,3	mar-14	30 anos
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,7	mar-14	30 anos
<u>São Miguel do Gostoso (RN)</u>					
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	mar-14	30 anos
São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	mar-14	30 anos
São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-15	30 anos

Parazinho (RN)

Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	8,0	ago-10	35 anos
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	ago-10	35 anos
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	out-10	35 anos
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	jul-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos IX Ltda. ("Morro dos ventos IX")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	jul-10	35 anos

João Câmara (RN)

DESA Eurus I Ltda. ("Eurus I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	abr-11	35 anos
DESA Eurus III Ltda. ("Eurus III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	abr-11	35 anos
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	abr-11	35 anos
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	mar-13	30 anos
SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	16,1	set-11	35 anos
SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	set-11	35 anos
SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	out-11	35 anos
SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,7	out-11	35 anos
DESA Morro dos Ventos I Ltda. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	jul-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos II Ltda. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,2	jun-12	35 anos
DESA Morro dos Ventos III Ltda. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	ago-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos IV Ltda. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	ago-10	35 anos
DESA Morro dos Ventos VI Ltda. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	jul-10	35 anos

Total**1.022,4**

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data início operação	Prazo Concessão
SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada")	Sociedade limitada	Direta 100%	Minas Gerais	50,0	out-12	30 anos
SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana")	Sociedade limitada	Direta 100%	Paraná	50,0	fev-12	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Direta 100%	Rio Grande do Norte	40,0	mai-02	30 anos
CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	45,0	set-09	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	40,0	mai-99	30 anos
CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	74,3	dez-10	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	25,0	mai-10	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	70,0	fev-11	35 anos
Total				394,3		

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui participação direta (100%) em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Atividade preponderante	Investidas
Sociedades de participação				
PCH Holding Ltda. ("PCH Holding")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Arvoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
SPE Turbina 16 Energias Ltda. ("Turbina 16")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia Ltda. ("DESA Dobrevê")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	DESA Eólicas (*), Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesma, Mata Velha, WF 1 Holding (*), Desa PCH II Energia S.A., Cherobim Energética S.A., Varginha Energética S.A., Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI.
Outros empreendimentos operacionais				
SPE Turbina 17 Energia Ltda. ("Turbina 17")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	(**)
Outros empreendimentos sem atividade produtiva				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(***)
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
Varginha Energética S.A. ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	(**)

(*) As empresas DESA Eólicas S.A. ("DESA Eólicas") e WF 1 Holding S.A. ("WF 1 Holding") foram incorporadas na empresa Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê").

(**) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 12.1)

(***) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 12.1)

1.6 BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio

Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

1.7 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ Parques eólicos: A menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;
- ❖ Usinas de Biomassa: A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disso, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

1.8 Mudanças Climáticas CPFL

A Companhia se comprometeu com os objetivos do Acordo de Paris e a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE".

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais alinhados à descarbonização das operações, entre eles: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser "carbono neutro" a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Preocupada com os impactos que os gases de efeito estufa causam no meio ambiente, a Companhia tem se esforçado para diminuir suas emissões de gases poluentes. Uma de suas iniciativas foi a de ingressar no mercado de créditos de carbono, através da emissão de certificados verdes do Tipo 1 e Tipo 2.

A CPFL divulga anualmente o relatório “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” onde apresenta as estratégias relacionadas as mudanças climáticas, as emissões anuais e os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia.

1.9 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 293.242. O plano de financiamento da CPFL Renováveis continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender das necessidades de caixa da empresa, e que serão executados até 31 de dezembro de 2023, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações Contábeis regulatórias. Há diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira, e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa nº35, para melhor entendimento do leitor.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 28 de abril de 2023. Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (<https://cpfl.rweb.com.br>).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis regulatórias que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 6 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 8 - Imobilizado;
- Nota 9 – Intangível;
- Nota 10 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 12 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Tributos Diferidos - Reapresentação

A Companhia, visando a melhor apresentação de saldos de ativos e passivos tributários diferidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR"), concluiu pela apresentação líquida e a consequente reapresentação desses saldos em 31 de dezembro de 2021, reiterando que não há prejuízos ou impactos significativos nas DCR. Esse entendimento está embasado nos critérios estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e Técnica de Funcionamento 7.2.37 Tributos diferidos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Os efeitos da reapresentação no balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021 (Anteriormente divulgado)	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.099	-	35.099
Títulos e valores mobiliários	18.610	-	18.610
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	198.541	-	198.541
Dividendos	79.898	-	79.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar	19.952	-	19.952
Outros tributos a compensar	38.928	-	38.928
Outros ativos	60.609	-	60.609
Total do circulante	451.638	-	451.638
Ativo Não Circulante			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	9.503	-	9.503
Coligadas controladas e controladora	91.858	-	91.858
Tributos a compensar	39.784	-	39.784
Depósitos Judiciais e Cauções	2.765	-	2.765
Derivativos	32.724	-	32.724
Tributos Diferidos	603.042	(323.908)	279.134
Aumento para futuro aumento de capital	37.142	-	37.142
Outros Ativos Não Circulantes	36.328	-	36.328
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7.242.674	-	7.242.674
Participações Societárias Permanentes	5.906.165	-	5.906.165
Propriedade para investimento - Bens de Renda	396.076	-	396.076
Ágio de Incorporação	940.433	-	940.433
Imobilizado	786.818	-	786.818
Intangível	803.351	-	803.351
Total do não circulante	9.685.988	(323.908)	9.362.080
Total do Ativo	10.137.626	(323.908)	9.813.718

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021 (Anteriormente divulgado)	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	131.301	-	131.301
Empréstimos e Financiamentos	59.621	-	59.621
Debêntures	810.994	-	810.994
Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.337	-	26.337
Benefício Pós-Emprego	7.786	-	7.786
Tributos	124.076	-	124.076
Encargos Setoriais	22.436	-	22.436
Adiantamentos	30.530	-	30.530
Outros Passivos Circulantes	19.670	-	19.670
Passivo Não Circulante	3.492.961	-	3.169.053
Empréstimos e Financiamentos	424.796	-	424.796
Debêntures	357.519	-	357.519
Provisões	53.538	-	53.538
Tributos Diferidos	323.908	(323.908)	-
Entidade de previdência privada	39.896	-	39.896
Adiantamentos	604	-	604
Tributos a recolher	5.139	-	5.139
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	2.286.517	-	2.286.517
Outros Passivos Não Circulantes	1.045	-	1.045
Total do Passivo	4.725.712	(323.908)	4.401.804
Patrimônio Líquido			
Capital Social	4.032.292	-	4.032.292
Reservas de Capital	588.009	-	588.009
Outros Resultados Abrangentes	(54.101)	-	(54.101)
Reservas de Lucros	845.714	-	845.714
Total do Patrimônio Líquido	5.411.914	-	5.411.914
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	10.137.626	(323.908)	9.813.718

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas das Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2022 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.2 Imobilizado em serviço

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Sociedade e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação/amortização é o valor depreciável/amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação/amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação/amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

3.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem. Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (“REN”) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (“ACR”) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 a Companhia teve o impacto do registro de (i) R\$ 125.524 ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica, provenientes das controladas da CPFL Renováveis e (ii) R\$ 44.828 no investimento consolidado com contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às subsidiárias da Companhia possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%. Os valores mencionados podem ser identificados nas demonstrações financeiras societárias disponíveis no site da Companhia (<https://cpfl.rweb.com.br>).

3.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica,

acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Novo MCSE a partir de janeiro de 2022:

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, conforme despacho Nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As principais alterações são:

- a) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- b) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações contábeis regulatórias;
- c) Alteração da Instrução Contábil 6.3.4 Ativo e passivo financeiro setoriais: basicamente para passar a considerar a natureza ativa ou passiva pelo valor líquido de cada ciclo tarifário, sendo os ciclos: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado;
- d) Alteração da Instrução Contábil 6.3.22 Aspectos socioambientais: basicamente regras para imobilizar ou despesar os gastos;
- e) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: basicamente criação de contas;
- f) Bandeiras Tarifárias: conforme técnica de funcionamento 7.2.22. Ativos e passivos financeiros setoriais, a bandeira tarifa faturada, passará a ser registrada como ativo ou passivo financeiro setorial no momento do faturamento, anulando o efeito na Receita operacional bruta. Quando a bandeira for homologada, será uma reclassificação para as contas específicas de CVA conforme despacho da referida homologação.

Com base em avaliação preliminar, a Administração entende que a aplicação dessas alterações não tiveram um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Operações realizadas na CCEE	1.844	-	1	1.845	10.761
Concessionárias e permissionárias	113.372	115.618	1.714	230.704	187.807
Outros	-	-	-	-	-
	115.216	115.618	1.715	232.549	198.568
Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa				(583)	(27)
Total				231.966	198.541
Não circulante					
Operações realizadas na CCEE	6.694	-	-	6.694	9.503
Total	6.694	-	-	6.694	9.503

(a) Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

5.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2020	-	(352)	(352)
Provisão Constituída	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	(2)	(352)	(354)
Provisão Constituída	(556)	-	(556)
Saldo em 31/12/2022	(558)	(352)	(910)

(6) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**6.1 Composição dos créditos e débitos fiscais**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	149.683	143.127
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(63.804)	(71.440)
Subtotal	85.879	71.686
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	416.260	397.707
Benefício fiscal do intangível incorporado	6.892	8.184
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(177.235)	(198.445)
Subtotal	245.917	207.447
Total	331.796	279.134
Total crédito fiscal	507.316	603.042
Total débito fiscal	(175.520)	(323.908)

6.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão.

6.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(1.588)	(4.410)	(2.184)	(6.066)
Marcação a mercado - Derivativo	1.213	3.369	122	340
Marcação a mercado - Dívidas	(1.180)	(3.278)	(203)	(564)
Depreciação acelerada incentivada	(16.688)	(46.355)	(19.884)	(55.232)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	158	439	162	450
Marcação a mercado - Dívidas	(878)	(2.438)	-	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	11.210	31.139	12.397	34.435
Impostos diferidos - passivo:				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível - direito de exploração/autorização	(45.930)	(127.583)	(51.729)	(143.691)
Total	(63.804)	(177.235)	(71.440)	(198.445)

(7) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

7.1 Participações Societárias Permanentes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.605.067	5.906.165
Subtotal	5.605.067	5.906.165
Ágio de incorporação	873.290	940.433
Total	6.478.357	6.846.598

7.1.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no Capital %	31/12/2022				Resultado do exercício	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial					
Alto Irani	100%	91.226	2.114	46.590	38.545	46.590	59.394	38.545	36.703	
Atlântica I	100%	85.421	43.081	70.537	10.972	70.537	80.327	10.972	11.393	
Atlântica II	100%	87.100	43.895	69.340	9.911	69.340	80.141	9.911	13.346	
Atlântica IV	100%	91.987	53.081	80.938	11.871	80.938	83.551	11.871	12.350	
Atlântica V	100%	98.556	50.579	84.362	10.608	84.362	91.225	10.608	14.080	
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25%	1.137.940	398.381	509.033	(5.524)	127.288	155.702	(1.382)	9.722	
Baixa Verde	95%	683	742	682	23	532	241	22	36	
Bio Alvorada	100%	124.804	48.912	98.344	695	98.344	98.735	695	(37.506)	
Bio Buniti	100%	92.161	35.890	43.361	12.934	43.361	53.532	12.934	(20.179)	
Bio Coopcana	100%	123.698	50.853	103.352	11.601	103.352	109.122	11.601	9.664	
Bio Ester	100%	70.035	41.012	66.787	13.692	66.787	68.576	13.691	13.716	
Bio Formosa	100%	75.875	48.841	65.418	(5.645)	55.273	80.562	(5.645)	14.597	
Bio Ipe	100%	18.623	11.649	16.671	7.339	16.671	16.208	7.338	2.053	
Bio Pedra	100%	132.189	35.086	62.270	18.811	62.270	107.717	18.811	(14.704)	
Bioenergia	100%	58.707	38.889	56.168	17.304	56.168	56.698	17.304	13.918	
Boa Vista 2	100%	271.867	125.635	140.905	10.592	140.905	133.999	10.592	6.561	
Cachoeira Grande	100%	135	6.632	135	(14)	135	149	(14)	4	
Cajueiro	95%	982	536	963	34	664	319	32	41	
Campos dos Ventos II	100%	109.150	69.602	71.057	3.366	71.057	87.275	3.366	6.895	
Chimay Empreendimentos	100%	116.348	48.021	103.255	36.631	103.255	66.624	14.177	18.548	
Costa Branca	95%	75.355	40.133	64.765	7.391	59.808	64.631	7.093	7.792	
Costa das Dunas	95%	145.474	77.601	83.381	7.536	78.829	82.032	7.170	10.280	
Dobrevé	100%	1.030.292	786.866	990.602	137.116	985.212	1.103.363	138.047	153.916	
Eólica Paracuru	100%	53.482	18.030	38.557	34.813	38.557	39.768	34.813	32.357	
Eurus VI	100%	23.359	15.195	15.467	540	15.467	19.951	541	1.035	
Farol de Touros	94%	127.660	57.469	62.612	6.085	58.183	55.133	5.692	2.079	
Figueira Branca	100%	55.159	26.519	28.796	2.110	28.796	29.839	2.110	3.478	
Gamelaire	100%	99.264	53.647	56.618	5.373	56.618	58.722	5.373	5.241	
Jayaditya Empreendimentos	100%	47.871	2.082	18.195	14.130	18.195	5.065	5.313	2.873	
Juremas	95%	56.698	29.740	39.446	4.432	36.059	41.540	4.270	7.731	
Macacos	95%	79.966	41.466	59.923	6.151	55.074	53.793	5.922	9.359	
Mohini Empreendimentos	100%	75.653	1.269	38.118	34.454	38.118	21.460	31.156	20.078	
Navegantes	95%	146	477	137	(6)	130	58	(5)	32	
PCH Holding	100%	525.396	315.693	525.168	124.862	525.168	435.474	124.862	118.072	
Pedra Cheirosa I	100%	154.766	127.000	132.734	133	132.734	140.982	134	4.510	
Pedra Cheirosa II	100%	138.888	106.100	118.091	2.021	118.091	124.170	2.021	5.152	
Pedra Preta	95%	72.423	36.248	62.119	9.329	57.158	60.625	8.941	10.211	
Plano Alto	100%	73.212	1.527	37.978	27.952	37.978	34.925	27.952	26.889	
Rosa dos Ventos	100%	59.745	15.740	36.036	17.435	36.036	43.745	17.435	20.309	
Salto Góes	100%	103.456	76.400	101.506	17.465	101.506	104.149	17.465	21.714	
Santa Clara I	100%	101.394	71.107	74.705	5.438	74.705	92.102	5.438	8.569	
Santa Clara II	100%	82.637	48.898	56.297	5.015	56.297	72.974	5.014	7.870	
Santa Clara III	100%	85.212	47.928	55.655	5.444	55.655	72.616	5.444	9.133	
Santa Clara IV	100%	82.658	50.322	56.113	4.042	56.113	70.700	4.042	6.823	
Santa Clara V	100%	85.306	49.298	55.261	4.170	55.261	71.921	4.171	7.846	
Santa Clara VI	100%	84.382	51.974	56.261	2.951	56.261	69.737	2.951	5.595	
Santa Cruz	100%	128.577	67.710	63.577	604	63.577	25.183	604	1.065	
Santa Luzia	100%	176.895	89.314	173.077	27.809	173.077	174.513	27.808	34.083	
SILF Cinco	100%	88.271	42.862	67.327	23.231	67.327	74.734	23.231	27.827	
Solar I	100%	1.479	33	1.016	77	1.016	940	77	979	
Sul Centrais Elétricas	100%	23.288	14.183	17.553	647	17.553	15.636	(1.478)	261	
Turbina 16	100%	1.101.647	876.475	1.099.963	81.276	1.099.963	1.159.250	81.276	94.228	
Turbina 17	100%	71.721	51.903	52.716	536	52.716	56.337	536	4.376	
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada		7.939.011	4.444.638	6.053.103	819.024	5.605.067	5.906.165	790.652	783.004	
Amortização de ágio, líquido de efeitos fiscais								(66.869)	(64.385)	
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais								(10.243)	(10.243)	
Amortização de juros capitalizados								(1.370)	(1.370)	
Total						5.605.067	5.906.165	712.169	707.007	

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 66.869 (R\$ 64.385 no ano de 2021) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

7.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações contábeis regulatórias estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 9).

(8) IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Geração	1.479.934	5.166	(21.989)	36	1.463.148	(16.787)	(930.574)	532.574	612.462
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	148.319	5.166	(9.974)	-	143.511	(4.808)	(81.315)	62.195	70.806
Máquinas e Equipamentos	1.310.506	-	(12.014)	36	1.298.528	(11.979)	(841.142)	457.385	528.166
Móveis e Utensílios	4.193	-	-	-	4.193	-	(2.849)	1.344	1.516
Reservatório	6.771	-	-	-	6.771	-	(3.549)	3.222	3.338
Terrenos	8.001	-	-	-	8.001	-	(56)	7.944	7.947
Veículos	2.145	-	-	-	2.145	-	(1.662)	482	690
Subtotal	1.479.934	5.166	(21.989)	36	1.463.148	(16.787)	(930.574)	532.574	612.462
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Geração	168.066	97.965	-	(36)	265.986	97.929	-	265.986	174.355
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	4.944	4.562	-	-	9.506	4.562	-	9.506	4.944
Máquinas e Equipamentos	156.921	86.189	-	(36)	243.074	86.153	-	243.074	156.921
Reservatório	3.071	4.701	-	-	7.772	4.701	-	7.772	3.071
Terrenos	172	333	-	-	505	333	-	505	172
Móveis e Utensílios	1.242	218	-	-	1.460	218	-	1.460	1.242
Veículos	572	1.405	-	-	1.977	1.405	-	1.977	572
Outros	1.134	557	-	-	1.691	557	-	1.691	7.433
Subtotal	168.066	97.965	-	(36)	265.986	97.929	-	265.986	174.355
Total do Ativo Imobilizado	1.647.991	103.131	(21.989)	-	1.729.133	81.143	(930.574)	798.559	786.818
Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido					
Em serviço									
Geração	6,28%	1.463.148	(930.574)	532.574					
Custo Histórico		1.463.148	(930.574)	532.574					
Em Curso - R\$ Mil									
Geração		265.986	-	265.986					
		265.986	-	265.986					
		1.729.133	(930.574)	798.559					
				786.818					

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	262	61	-	9	333
Reservatórios, Barragens e Adustras	921	3.764	-	16	4.701
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.850	2.570	-	5.309	9.729
Máquinas e Equipamentos	43.721	36.372	1.151	4.945	86.189
Móveis e Utensílios	113	106	-	-	218
Veículos	1.390	15	-	-	1.405
A Ratear	(85)	(860)	-	-	(945)
Material em Depósito	1.181	30	-	251	1.462
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	41	41
Total das Adições	49.352	42.058	1.151	10.570	103.131

As principais taxas de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução da Aneel, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Geração	Taxas anuais de depreciação (%)
CONDUTO E CANALETA, CONDUTO, CIMENT	4,00%
CONDUTOR, CLASSE DE TENSÃO IGUAL OU S	2,7% / 3,57%
EDIFICAÇÃO, EDIFICAÇÃO - CASA DE FORÇA	2% / 3,33%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	16,67%
ESTRUTURA (POSTE, TORRE), POSTE, CIRCUL	2,7% / 3,57%
RESERVATORIO	2,00%
SOFTWARE, SOFTWARE	20,00%
TRANSFORMADOR DE FORÇA, TRANSFORMA	2,86%
UNIDADE DE GERAÇÃO EOLICA – PAS	3,33% / 4% / 5% / 5% / 6,67%
URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS, PÁTIOS	3,33%

As principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>em R\$ mil</u>
Unidade de Geração Eólica - PAS	(12.014)

8.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(9) INTANGÍVEL

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço									
Geração	1.803.364	-	-	-	1.731.247	-	(1.021.713)	709.535	787.000
Servições	6.061	-	-	-	6.061	-	(3.281)	2.780	2.955
Softwares	30.643	-	(3.227)	5.507	32.923	2.280	(23.616)	9.306	12.198
Outros	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)	-
Intangível adquirido em combinações de negócios	1.766.660	-	-	(9.966)	1.692.263	(9.966)	(994.813)	697.451	771.848
Subtotal	1.803.364	-	(3.227)	(4.459)	1.731.247	(7.686)	(1.021.713)	709.535	787.000
Ativo Intangível em Curso									
Geração	17.297	9.450	(946)	(5.507)	20.295	2.988	-	20.295	16.352
Servições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	16.352	9.450	-	(5.507)	20.295	3.943	-	20.295	16.352
Outros	945	-	(945)	-	-	(945)	-	-	-
Subtotal	17.297	9.450	(946)	(5.507)	20.295	2.988	-	20.295	16.352
Total do Ativo Intangível	1.820.661	9.450	(4.172)	(9.966)	1.751.542	(4.688)	(1.021.713)	729.830	803.352
								729.830	803.352

9.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2022	31/12/2021
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Eólica de Icarazinho	353.069	(188.587)	164.482	181.497	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(122.292)	104.822	115.855	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(385.035)	374.993	411.375	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(373.295)	53.154	63.121	2,34%	2,34%
Subtotal	1.766.660	(1.069.210)	697.451	771.848		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

9.2 UBP/Intangível de concessão

Generation Scaling Factor (“GSF”)

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (“REN”) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (“ACR”) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Outras informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 1.7 e 14.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(10) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
TJLP	300.949	-	(41.020)	23.220	-	(21.246)	261.904
IPCA	-	60.000	-	650	-	(542)	60.108
IGPM	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Total ao custo	330.154	60.000	(58.787)	27.726	-	(23.830)	335.264
Gastos com captação	(82)	-	-	47	-	-	(35)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	157.570	294.000	-	9.313	2.629	(7.009)	456.503
Marcação a mercado	(3.224)	-	-	(15.509)	-	-	(18.733)
Total ao valor justo	154.346	294.000	-	(6.196)	2.629	(7.009)	437.770
Total	484.419	354.000	(58.787)	21.577	2.629	(30.839)	772.999
Circulante	59.621						107.431
Não Circulante	424.796						665.568

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional				
TJLP				
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	261.904	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
IPCA				
FINEM	IPCA + 4,182273%	60.265	2022 a 2036	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira				
Dólar				
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de (2,07% a 2,57%)	456.503	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Total moeda nacional		778.672		
Gastos com captação (*)		(5.673)		
Total		772.999		

Taxa efetiva:

a) De 60% a 110% do CDI

b) De 100% a 130% do CDI

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	399.192
2025	94.825
2026	46.062
2027	46.062
2028	79.180
2029 a 2033	18.982
Subtotal	684.303
Marcação a mercado	(18.734)
Total	<u>665.569</u>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Varição acumulada %		% da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
IGP-M	5,45	17,79	1,71	3,97
IPCA	5,79	10,06	7,78	25,05
TJLP	6,78	4,80	33,88	57,74
CDI	13,65	4,40	56,63	13,24
			100,00	100,00

No exercício de 2022, a Companhia obteve novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2022					
Moeda nacional							
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,57%	CDI + 1,05%
IPCA - BNDES							
CPFL Renováveis - SPE Cherobim	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024	Investimento	IPCA + 4,182273%	Não se aplica
	515.936	354.000					

Pré-pagamento

No ano de 2022, foram liquidados antecipadamente R\$ 200.000 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até novembro de 2023.

Condições restritivas

Sob a ótica de grupo econômico, os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

Mútuos

O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 2.397.324, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.

(11) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Pós fixado					
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)	164.592
IPCA	323.455	(333.994)	28.574	(18.035)	-
Total ao custo	1.170.822	(1.007.667)	105.734	(104.297)	164.592
Gastos com captação (*)	(2.315)	-	2.278	-	(37)
Total	1.168.507	(1.007.667)	108.012	(104.297)	164.555
Circulante	810.993				164.555
Não circulante	357.514				-

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Faixa de vencimento</u>	<u>Garantias</u>
Mensurado ao custo - Pós fixado				
CDI	De 104,75% a 110% do CDI	(a) <u>164.592</u>	2019 a 2023	Não existem garantias
		<u>164.592</u>		
	Custos de captação (*)	(37)		
	Total	<u><u>164.555</u></u>		

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras do grupo CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(12) PROVISÕES

	<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.366	8.900
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativo	44.741	44.638
Total	<u><u>54.107</u></u>	<u><u>53.538</u></u>

12.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	7.850	957	7.553	1.058
Cíveis	-	(9)	(52)	(8)
Fiscais	<u>1.515</u>	<u>1.884</u>	<u>1.399</u>	<u>1.715</u>
Total	<u>9.366</u>	<u>2.833</u>	<u>8.900</u>	<u>2.765</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Trabalhistas	7.553	623	(558)	(171)	403	7.850
Cíveis	(52)	51	-	-	-	-
Fiscais	1.399	30	(15)	-	101	1.515
Total	<u>8.900</u>	<u>704</u>	<u>(571)</u>	<u>(170)</u>	<u>504</u>	<u>9.366</u>
Depósitos Judiciais	<u>2.765</u>	<u>(19)</u>	<u>(82)</u>	<u>(80)</u>	<u>228</u>	<u>2.833</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	1.501	3.548
Cíveis	318.180	277.492
Fiscais	1.246.922	1.026.601
Fiscais - Outros	1.817.811	1.542.248
Regulatório	<u>12.975</u>	<u>12.089</u>
Total	<u>3.397.389</u>	<u>2.861.978</u>

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.
- c. **Fiscais e Fiscais Outros** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Informações adicionais sobre os processos envolvendo a companhia e suas subsidiárias podem ser acessados através da Demonstração Financeira Consolidada.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

12.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (8,55% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização e 10,07% (8,43% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	31/12/2021	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2022
Desmobilização de ativos	44.638	(3.713)	3.817	44.741
Total	44.638	(3.713)	3.817	44.741

(13) RECEITA / INGRESSO

Receita/ Ingresso de operações com energia elétrica	2022	2021
	R\$ mil	R\$ mil
Fonte de Energia		
Hidrelétrica	1.260.419	1.132.867
Eólica	578.301	565.368
Pequenas Centrais Hidrelétricas	11.501	10.086
Suprimento de energia elétrica	1.850.220	1.708.320
Total da receita operacional bruta	1.850.220	1.708.320
Deduções da receita operacional		
PIS	(30.571)	(28.198)
COFINS	(140.814)	(129.884)
Programa de P & D e eficiência energética	(101)	(90)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(175)	(91)
Taxa de fiscalização	(1.117)	(1.770)
	(172.778)	(160.033)
Receita operacional líquida / Ingresso operacional líquido	1.677.442	1.548.287

(14) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2022	2021
	R\$ mil	R\$ mil
Energia comprada para revenda	218.207	261.804
Crédito de PIS e COFINS	(20.184)	(24.217)
Subtotal	198.023	237.587
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	37.439	32.735
Crédito de PIS e COFINS	(3.463)	(3.028)
Subtotal	33.976	29.707
Total	231.999	267.294

	2022	2021
	GWh	GWh
Energia comprada para revenda - GWh	1.504	1.464
Total	1.504	1.464

(15) PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2022	2021
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	18.354	20.794
Encargos	6.245	7.009
Previdência privada - Corrente	415	763
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	3.756	4.059
Despesas rescisórias	(2.270)	207
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	12.497	10.228
Outros benefícios - Corrente	3.793	3.269
Outros (a)	(4.485)	(1.551)
Subtotal	38.305	44.777
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.034	2.685
Benefícios dos administradores	1.770	(452)
Subtotal	4.804	2.232
Total	43.109	47.010

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

(16) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

16.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2022			31/12/2021				
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Ativo								
Ativo Circulante	478.867	-	-	478.867	451.638	-	-	451.638
Caixa e Equivalentes de Caixa	105.317	-	-	105.317	35.099	-	-	35.099
Títulos e valores mobiliários	1.121	-	-	1.121	18.610	-	-	18.610
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	231.966	-	-	231.966	198.541	-	-	198.541
Dividendos	24.945	-	-	24.945	79.898	-	-	79.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.985	-	-	6.985	19.952	-	-	19.952
Outros tributos a compensar	27.941	-	-	27.941	38.928	-	-	38.928
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	80.591	-	-	80.591	60.609	-	-	60.609
Ativo Não Circulante	8.931.132	-	558.841	9.218.137	9.362.079	-	612.620	9.678.845
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	6.694	-	-	6.694	9.503	-	-	9.503
Coligadas, controladas e controladora	53.587	-	-	53.587	91.858	-	-	91.858
Imposto de renda e contribuição social a compensar	44.614	-	-	44.614	39.758	-	-	39.758
Outros tributos a compensar	26	-	-	26	26	-	-	26
Depósitos Judiciais	2.833	-	-	2.833	2.765	-	-	2.765
Derivativos	15.908	-	-	15.908	32.724	-	-	32.724
Tributos Diferidos	331.796	-	135.918	195.878	279.134	-	147.927	131.207
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.250	-	-	61.250	37.142	-	-	37.142
Arrendamentos	1.167	-	-	1.167	-	-	-	-
Outros ativos	35.812	-	-	35.812	36.328	-	-	36.328
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço P	6.849.056	(7.271.979)	422.923	-	7.242.672	(7.707.686)	464.693	-
Participações Societárias Permanentes	5.605.067	(5.628.232)	23.165	-	5.906.165	(5.935.778)	29.615	-
Propriedade para investimento - Bens de Renda	370.699	(770.457)	399.758	-	396.076	(831.475)	435.078	-
Ágio de Incorporação	873.290	(873.290)	-	-	940.433	(940.433)	-	-
Investimentos	-	6.501.522	-	6.501.522	-	6.876.211	-	6.876.211
Imobilizado	798.559	770.457	-	1.569.016	786.818	831.475	-	1.617.972
Intangível	729.830	-	-	729.830	803.352	-	-	803.352
Total do Ativo	9.409.999	-	422.923	9.697.005	9.813.718	-	464.693	10.130.484
Passivo								
Passivo Circulante	772.110	-	-	772.110	1.232.751	-	-	1.232.752
Fornecedores	65.099	-	-	65.099	131.301	-	-	131.301
Empréstimos e Financiamentos	107.431	-	-	107.431	59.622	-	-	59.622
Debêntures	164.555	-	-	164.555	810.993	-	-	810.993
Entidade de previdência privada	9.191	-	-	9.191	7.786	-	-	7.786
Imposto de renda e contribuição social a recolher	122.675	-	-	122.675	94.911	-	-	94.911
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	27.990	-	-	27.990	29.165	-	-	29.165
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	55.132	-	-	55.132	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar de aquisições	12.282	-	-	12.282	11.598	-	-	11.598
Obrigações estimadas com pessoal	13.577	-	-	13.577	11.593	-	-	11.593
Arrendamentos	608	-	-	608	-	-	-	-
Adiantamentos	141.408	-	-	141.408	30.530	-	-	30.530
Outros contas a pagar	52.162	-	-	52.162	45.252	-	-	45.252
Passivo Não Circulante	3.166.978	-	-	3.166.977	3.169.053	-	-	3.169.052
Fornecedores	7.007	-	-	7.007	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	665.568	-	-	665.568	424.796	-	-	424.796
Debêntures	-	-	-	-	357.514	-	-	357.514
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	2.396.485	-	-	2.396.485	2.286.517	-	-	2.286.517
Entidade de previdência privada	24.707	-	-	24.707	39.896	-	-	39.896
Tributos a recolher	5.322	-	-	5.322	5.139	-	-	5.139
Provisões	54.107	-	-	54.107	53.538	-	-	53.538
Derivativos	9.955	-	-	9.955	-	-	-	-
Adiantamentos	453	-	-	453	634	-	-	634
Arrendamentos	839	-	-	839	-	-	-	-
Outros contas a pagar	2.534	-	-	2.534	1.019	-	-	1.019
Total do Passivo	3.939.088	-	-	3.939.087	4.401.804	-	-	4.401.804
Capital Social	4.032.292	-	-	4.032.292	4.032.292	-	-	4.032.292
Reservas de Capital	588.778	-	-	588.778	588.009	-	-	588.009
Reservas de Lucros	897.478	-	5.096	902.574	845.714	-	7.883	853.597
Resultado abrangente acumulado	(47.636)	-	281.909	234.274	(54.101)	-	308.884	254.783
Total do Patrimônio Líquido	5.470.912	-	287.005	5.757.918	5.411.914	-	316.767	5.728.680
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	9.409.999	-	287.005	9.697.005	9.813.718	-	316.767	10.130.484

16.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2022			2021			
	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Societário
Receita / Ingresso	1.852.815	-	-	1.852.815	1.708.320	1.856	1.710.176
Suprimento de Energia Elétrica	1.842.164	-	-	1.842.164	1.665.505	-	1.665.505
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.056	-	-	8.056	42.816	-	42.816
Outras Receitas Vinculadas	2.595	-	-	2.595	-	1.856	1.856
Tributos	(171.385)	-	-	(171.385)	(158.082)	(172)	(158.254)
PIS-PASEP	(30.571)	-	-	(30.571)	(28.198)	(31)	(28.229)
COFINS	(140.814)	-	-	(140.814)	(129.884)	(141)	(130.025)
Encargos - Parcela "A"	(1.393)	-	-	(1.393)	(1.951)	-	(1.951)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(101)	-	-	(101)	(90)	-	(90)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(175)	-	-	(175)	(91)	-	(91)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.117)	-	-	(1.117)	(1.770)	-	(1.770)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.680.037	-	-	1.680.037	1.548.287	1.684	1.549.971
Gastos Operacionais	(231.999)	-	-	(231.999)	(267.294)	-	(267.294)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(198.023)	-	-	(198.023)	(237.587)	-	(237.587)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(33.976)	-	-	(33.976)	(29.707)	-	(29.707)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(275.175)	-	(35.320)	(310.494)	(274.781)	(1.684)	(311.921)
Pessoal e Administradores	(43.109)	-	-	(43.109)	(42.979)	-	(42.979)
Entidade de previdência privada	(3.704)	-	-	(3.704)	(4.031)	-	(4.031)
Material	(11.055)	-	-	(11.055)	(15.742)	-	(15.742)
Serviços de Terceiros	(26.332)	-	-	(26.332)	(28.538)	-	(28.538)
Arrendamento e Aluguéis	(2.357)	-	-	(2.357)	(3.342)	-	(3.342)
Publicidade e Propaganda	(2.605)	-	-	(2.605)	(1.911)	-	(1.911)
Legais, judiciais e indenizações	(938)	-	-	(938)	(1.773)	-	(1.773)
Doações, contribuições e subvenções	458	-	-	458	(458)	-	(458)
Depreciação e Amortização - Custo com Operação	(96.470)	-	(35.320)	(131.789)	(97.219)	(35.456)	(132.675)
Depreciação e Amortização - Despesas Gerais e Administrativas	(11.364)	-	-	(11.364)	(8.015)	-	(8.015)
Amortização de Ágio	(64.431)	-	-	(64.431)	(64.431)	-	(64.431)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(558)	-	-	(558)	(2)	-	(2)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulantes	(4.696)	-	-	(4.696)	(4.456)	-	(4.456)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	1.684	(1.684)	-
Outros	(8.017)	-	-	(8.017)	(3.569)	-	(3.569)
Resultado da Atividade	1.172.863	-	(35.320)	1.137.545	1.006.213	-	(35.456)
Equivalência Patrimonial	712.169	-	31.607	743.776	707.007	139	(4.232)
Resultado Financeiro	(461.853)	-	-	(461.853)	(232.734)	(139)	(232.873)
Receitas Financeiras	42.652	-	-	42.652	26.044	-	26.044
Despesas Financeiras	(504.505)	-	-	(504.505)	(258.778)	(139)	(258.917)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.423.180	-	(3.712)	1.419.467	1.480.486	-	(35.456)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(139.212)	-	-	(127.203)	10.343	-	12.055
Resultado Líquido do Exercício	1.283.968	-	8.296	1.292.264	1.490.829	-	(27.633)

a) Reclassificações no Societário:

Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A diferença de R\$7.271.979 em 31 de dezembro de 2022, se refere a diferença de: (i) registro da Participações Societárias Permanentes de R\$5.628.232; (ii) Propriedade para investimento - Bens de Renda de R\$873.290 e (iii) Imobilizado no valor de R\$770.457, na visão regulatória este valor está compondo o grupo de Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as visões regulatória e societária.

b) Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	5.757.918	5.728.681
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(281.909)	(308.884)
Ajustes regulatórios nas subsidiárias	(5.096)	(7.883)
Patrimônio líquido regulatório	5.470.912	5.411.914

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	35.320	35.456
	<u>35.456</u>	<u>35.456</u>
Tributos Diferidos		
Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34%	(12.009)	(12.055)
Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		
Efeito Líquido	<u><u>23.447</u></u>	<u><u>23.401</u></u>

A conciliação do lucro líquido societário e regulatório é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	1.292.264	1.463.196
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia	23.311	23.401
Equivalência patrimonial - Mais valia reflexa	(31.607)	4.232
Lucro líquido regulatório	<u><u>1.283.968</u></u>	<u><u>1.490.829</u></u>

(17) EVENTOS SUBSEQUENTES

Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários da Companhia. O percentual de conversão do grupo foi de 9% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração nas empresas investidas.

Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras e Regulatórias, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e
Solar

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Certificate Of Completion

Envelope Id: 3CC3B17F6E7149C4B60A15F5146B706C

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: 2022 - CPFL Reno DCR H005

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Outros

Source Envelope:

Document Pages: 58

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 8

Initials: 0

Uanderson Teles

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

uanderson.teles@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

28 April 2023 | 17:14

Holder: Uanderson Teles

uanderson.teles@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

28 April 2023 | 17:59

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 25 February 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Company Name: PwC

Signature

DocuSigned by:



99D108451FA5438...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.160.170

Timestamp

Sent: 28 April 2023 | 17:19

Viewed: 28 April 2023 | 17:57

Signed: 28 April 2023 | 17:59

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Uanderson Teles

uanderson.teles@pwc.com

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign



Sent: 28 April 2023 | 17:59

Viewed: 28 April 2023 | 17:59

Signed: 28 April 2023 | 17:59

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

Us

n

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 April 2023 17:19
Certified Delivered	Security Checked	28 April 2023 17:57
Signing Complete	Security Checked	28 April 2023 17:59
Completed	Security Checked	28 April 2023 17:59

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------

Electronic Record and Signature Disclosure

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

- (i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou
- (ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

- (i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.
- (iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 28 de abril de 2023.

Agente: **CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.**

DocuSigned by:

Xinjian Chen
FE8478E431F842E...

Xinjian Chen

Diretor Presidente
CPF: 239.885.728-02

DocuSigned by:

Yuehui Pan
3599DDF075274EA...

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
CPF: 061.539.517-16

TERM OF RESPONSIBILITY

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 28, 2023.

Agent: **CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.**

DocuSigned by:

Ricardo Fernando Ferreira
1EB529D4F4DB4AD...

Ricardo Fernando Ferreira

Gerente de Serviços Financeiros
CRC ISP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80



<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---